



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

THIAGO DANIEL DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CULTURAL NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TERREIRO NAÇÃO XAMBÁ EM OLINDA,
PERNAMBUCO, BRASIL**

**JOÃO PESSOA
2023**

THIAGO DANIEL DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CULTURAL NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TERREIRO NAÇÃO XAMBÁ EM OLINDA,
PERNAMBUCO, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.

**JOÃO PESSOA
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Thiago Daniel da.

A construção da memória e da identidade cultural na Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá em Olinda, Pernambuco, Brasil / Thiago Daniel da Silva. - João Pessoa, 2023.

103 f. : il.

Orientação: Carlos Xavier Azevedo Netto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação - História cultural. 2. Memória - Tradições. 3. Identidade cultural. 4. Comunidade Quilombola Nação Xambá. I. Azevedo Netto, Carlos Xavier. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007:930.85(043)

THIAGO DANIEL DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CULTURAL NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TERREIRO NAÇÃO XAMBÁ EM OLINDA,
PERNAMBUCO, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

João Pessoa, 27/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL FRANÇA DE LIMA**
Data: 30/10/2023 01:14:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Izabel França de Lima
(Presidenta)**

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO**
Data: 03/11/2023 17:21:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
(Orientador)**

Documento assinado digitalmente
 **CONRAD RODRIGUES ROSA**
Data: 30/10/2023 16:25:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Conrad Rodrigues Rosa
(Examinador Interna)**

Documento assinado digitalmente
 **GEYSA FLAVIA CAMARA DE LIMA NASCIMENTO**
Data: 30/10/2023 18:46:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
(Examinadora Externa)**

Dedico a Deus, fonte inesgotável
de sabedoria e inspiração. E a mim,
como uma celebração da perseverança,
do esforço e do aprendizado ao longo
do percurso.

AGRADECIMENTOS

Acredito que toda conquista na vida é fruto da bênção de Deus e da dedicação de pessoas especiais que cruzaram nosso caminho, e é com essa crença e o coração repleto de gratidão que inicio meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por guiar meus passos e iluminar minha trajetória durante esta jornada de Mestrado. Sua força e orientação foram fundamentais para superar os desafios e alcançar o sucesso nessa empreitada acadêmica.

Gostaria de me agradecer pela força, pela dedicação e pela resiliência ao longo deste trabalho. Mesmo enfrentando tantos percalços, perseverar e chegar até o fim foi uma conquista que me enche de orgulho. Sou grato a mim por nunca ter desistido e por ter me dedicado a este projeto. Foi uma jornada de aprendizado e crescimento pessoal, e estou feliz por ter me superado a cada desafio. Acreditar em mim foi fundamental para alcançar esse objetivo, e isso me motiva a continuar a trilhar meu caminho com coragem.

Ao Professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, meu orientador durante o mestrado, sou profundamente grato por sua dedicação e paciência em me guiar pelo intrincado universo da pesquisa acadêmica. Além de ser um excelente orientador, o Professor Carlos se mostrou um exemplo de integridade e humanidade, valores que admiro profundamente. Sua postura ética e respeitosa em todas as situações deu um significado especial a essa experiência acadêmica. Agradeço por sua confiança em meu potencial e por me permitir explorar minhas ideias e possibilidades.

À Professora Dra. Luciana Ferreira da Costa, amiga desde minha graduação, meu agradecimento é imenso. Foi com seu apoio incondicional e confiança em meu potencial que embarquei nessa jornada do mestrado. Suas orientações durante a graduação sempre precisas e seu incentivo constante foram a força motriz por trás do meu crescimento acadêmico e pessoal. Desde os primeiros dias, no Projeto de Extensão que coordenava, sua sabedoria e dedicação exemplar foram um farol em minha vida acadêmica. A maneira como sempre se dispôs a compartilhar conhecimento, tirar dúvidas e incentivar o pensamento crítico me moldou como

pesquisador. Cada palavra de encorajamento, cada correção atenta em meus trabalhos e cada conselho sobre a condução da pesquisa foram essenciais para moldar o meu gosto pelo conhecimento nos caminhos da pesquisa. Sou eternamente grato por sua presença em minha jornada e por ser uma mentora tão excepcional.

Gostaria de dedicar um momento para expressar minha profunda gratidão aos estimados membros da REDMus – Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio, coordenada pela Profa. Dra. Luciana Costa, em que experimentei um sentimento de comunidade que vai além das fronteiras acadêmicas. Cada membro da rede contribuiu de maneira única para o meu crescimento e enriquecimento como pesquisador. O apoio inabalável e a atmosfera acolhedora que permeiam a nossa rede assemelham-se a uma família, em que compartilhamos desafios e conquistas como verdadeiros parceiros de jornada. A REDMus não é apenas um espaço de aprendizado, mas um refúgio onde cada um de nós se sente valorizado e encorajado a explorar novos horizontes. A sensação de pertencimento que experimento com meus colegas da REDMus é incomparável e inestimável. Cada discussão, debate e colaboração moldam nossa relação em algo que vai além de colegas de pesquisa, tornando-nos uma verdadeira família acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, a base sólida da minha vida. Seu amor incondicional e apoio fez com que eu me sentisse amparado em cada desafio enfrentado. Eles foram meus primeiros professores e exemplos de dedicação e perseverança. Sempre acreditaram em meu potencial, mesmo quando eu mesmo duvidava. As palavras não são suficientes para expressar a gratidão que sinto por eles. Agradeço também aos meus irmãos, que compartilharam comigo os momentos de alegria e adversidades e, assim, criamos laços indestrutíveis de cumplicidade. E aos meus sobrinhos, cuja presença alegre e inocente sempre me trazia conforto e sorrisos nos momentos mais difíceis.

Aos professores das disciplinas do Mestrado, agradeço por compartilharem seus conhecimentos e experiências conosco. Cada ensinamento foi valioso para o amadurecimento intelectual e para o aprimoramento da pesquisa que aqui apresento. Em especial, destaco a Professora Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire

de Oliveira, cujo comprometimento e sabedoria foram inspiradores ao longo desse percurso. As aulas ministradas pela Professora Bernardina foram verdadeiros marcos em minha formação acadêmica, uma vez que ela ensinou transmitir com paixão e clareza todo o seu conhecimento sobre a área de pesquisa. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou grato por suas críticas construtivas e encorajamento constante.

Ao longo da jornada, tive o privilégio de construir amizades sinceras e valiosas. Aos amigos, que compartilharam comigo os momentos de aprendizado e diversão, agradeço de coração. Nossas trocas de conhecimento e experiências foram enriquecedoras e acolhidas para meu crescimento tanto profissional quanto pessoal. Desde as intermináveis discussões acadêmicas até os momentos de descontração, essas amizades foram fundamentais para que eu me mantivesse motivado e focado em minha caminhada.

Fernando, Bruno e Francisco, meus amigos pessoais, meus pilares inabaláveis. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, mesmo nos momentos mais desafiadores. Suas palavras de encorajamento e ombro amigo foram essenciais para me manter firme em busca dos meus objetivos. Cada um de vocês trouxe uma luz única à minha vida, e a amizade compartilhada é um dos tesouros mais preciosos que tenho.

Além disso, sou imensamente grato ao Terreiro Nação Xambá, na pessoa do Babalorixá Ivo de Xambá, por permitir que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida em seu espaço sagrado. A acolhida generosa e o suporte contínuo que recebi ao longo deste trabalho foram fundamentais para o seu sucesso.

O Babalorixá Ivo de Xambá abriu as portas de sua casa e coração para mim, compartilhando seus conhecimentos, tradições e sabedoria ancestral. Sua disposição em colaborar e sua dedicação à preservação da cultura e história da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá foram uma inspiração. Agradeço também a toda a comunidade do terreiro, que forma a Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, por sua recepção e participação ativa nesta pesquisa. Cada membro dessa comunidade contribuiu com percepções valiosas e perspectivas

enriquecedoras, que demonstrou um vínculo profundo com suas raízes e a experiência em preservar sua identidade cultural.

A pesquisa não seria completa sem a generosidade e confiança de todos que fazem parte desta comunidade. O Terreiro Nação Xambá se tornou não apenas o cenário de minha pesquisa, mas um espaço onde pude aprender lições de respeito, humildade e conexão com a história e tradições do povo quilombola. Minha gratidão a todos os envolvidos é eterna, e levo comigo a memória dos laços fraternos que foram forjados nessa jornada.

Nesta jornada, enfrentei desafios, como a pandemia da COVID-19, a pandemia trouxe desafios sem precedentes, alterou nossa rotina e restringiu o acesso a recursos e espaços acadêmicos. As incertezas sobre o futuro nos permitiram buscar novas abordagens para a pesquisa e aprimorar nossas habilidades de adaptação. Agradeço a todos os envolvidos nesta jornada, incluindo professores, colegas e familiares, por seu apoio inabalável durante esse período desafiador.

Chegar até aqui não foi uma tarefa fácil, mas cada momento de esforço e dedicação valeu a pena. A satisfação de concluir esta jornada é indescritível, e tenho plena consciência de que não teria sido possível sem o apoio e a presença de cada pessoa mencionada anteriormente. Esta dissertação não é apenas o resultado de meses de trabalho árduo; é o reflexo de uma jornada de aprendizado e crescimento pessoal. Nesse percurso, a gratidão transborda em meu coração e é impossível descrever em palavras o quão afortunado me sinto por ter sido encorajado com mentores, amigos e familiares tão queridos.

Ao olhar para trás, percebo que essa jornada de mestrado não se tratou apenas de aquisição de conhecimento, mas de uma profunda transformação pessoal. Cresci como pesquisador, como indivíduo e como ser humano. Cada desafio superado me fortaleceu, e cada conquista me encheu de gratidão. Os ensinamentos adquiridos ao longo dessa caminhada ecoarão em minha vida profissional e pessoal, servindo como alicerce para meus futuros empreendimentos e contribuições à sociedade.

Por fim, encerro estes agradecimentos com o coração emocionado e a certeza de que carregarei para sempre a gratidão por todos que fizeram parte desta trajetória. Vocês foram os pilares que me sustentaram em meio às tempestades e foram os faróis que iluminaram o caminho até a vitória.

Muito obrigado!

RESUMO

A memória e a identidade cultural são construídas a partir da história e das tradições de um povo. É por meio de narrativas que as gerações aprendem sobre a sua origem e sobre os eventos que moldaram sua cultura. Ao considerar a importância da preservação para manter vivas essas histórias e tradições que esta pesquisa analisa a construção das memórias e identidades culturais da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, em Olinda Pernambuco, Brasil, pela compreensão de que essa preservação contribui para o sentimento de pertencimento e de valores comuns. Utilizou-se a tipologia de pesquisa qualitativa e como abordagem metodológica documental e bibliográfica. O universo da pesquisa foi a Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, e como sujeitos os membros que compõem a hierarquia na Nação Xambá. O instrumento de coleta de dados da pesquisa é a entrevista semiestruturada, que se mostrou eficiente de modo a traçar o perfil do grupo investigado, bem como para coletar dados que coadunam com os objetivos específicos estabelecidos para alcance do objetivo geral. Os resultados obtidos evidenciam que eles compreendem a importância da preservação da memória e da identidade cultural do grupo. Concluímos que a construção de memórias e identidades é um processo complexo, intrinsecamente ligado à história, à cultura e à luta desta Comunidade, enfatiza-se a importância de preservar e respeitar suas tradições como um meio vital para fortalecer suas memórias e identidades.

Palavras-Chave: memória; identidade cultural; Ciência da Informação; Comunidade quilombola Nação Xambá.

ABSTRACT

Memory and cultural identity are built on the history and traditions of a folk. It is through narratives that generations learn about its origin and about the events that shaped its culture. Considering the importance of preservation to keep these stories and traditions alive, this research analyzes the construction of memories and cultural identities of the Quilombola Community of TerreiroNaçãoXambá, in Olinda, Pernambuco, Brazil, by understanding that this preservation contributes to the feeling of belonging and common values. Using the typology of qualitative research and as a methodological approach documentary and bibliographic. Its research universe is the Quilombola Community of TerreiroNaçãoXambá, and as subjects the members who make up the hierarchy in NaçãoXambá. The data collection instrument of the research is a semi-structured interview, which proved to be efficient in order to trace the profile of the investigated group, as well as to collect data that are consistent with the specific objectives established to achieve the general objective. The results obtained show that the Quilombola Community understands the importance of preserving the memory and cultural identity of the group. We conclude that the construction of memories and identities is a complex process, intrinsically linked to the history, culture and struggle of this community, emphasizing the importance of preserving and respecting their traditions as a vital means to strengthen their memories and identities.

Keywords: memory; cultural identity; Information Science; quilombola community NaçãoXambá.

LISTA DE ABREVIATURAS

CI – Ciência da Informação

ProbEx– Projeto de Extensão

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Babalorixá Ivo de Xambá.....	
Imagem 2: Yalorixá Tia Lourdes.....	30
Imagem 3: Padrinho Maurício (ao centro).....	
Imagem 4: Madrinha Nidinha de Yemanjá.....	33
Imagem 5: Toque de Oyá.....	
Imagem 6: Região do Monte Adamawa.....	39
Imagem 7: Mapa histórico da localidade do Terreiro Nação Xambá.....	41
Imagem 8: Severina Paraíso da Silva (Mãe Biu).....	4
Imagem 9: Terreiro Nação Xambá.....	43
Imagem 10: Rua Severina Paraíso da Silva.....	
Imagem 11: Adeildo Paraíso da Silva (Pai Ivo de Xambá).....	45
Imagem 12: Perímetro do Quilombo do Portão do Gelo, Nação Xambá.....	46
Imagem 13: Pai Ivo de Xambá agraciado com o título de <i>Doutor Honoris Causa</i>	47
Imagem 14: Memorial Severina Paraíso da Silva.....	67
Imagem 15: Vestes e Altar de Mãe Biu expostos.....	
Imagem 16: Criança e Idosa.....	80
Imagem 17: Idosas.....	
Imagem 18: Vestes em chita e o xale.....	84
Imagem 19: Bolo de Xangô.....	
Imagem 20: Toque de Obaluaê.....	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	22
2.1 Sujeitos da Pesquisa	24
2.1.1 Babalorixá Ivo de Xambá	27
2.1.2 Yalorixá Tia Lourdes	29
2.1.3 Padrinho Maurício César da Silva	31
2.1.4 Madrinha Nidinha de Yemanjá	33
2.2 Procedimentos de coleta de dados	34
3 TERREIRO DE SANTA BARBARA DA NAÇÃO XAMBÁ: LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA	37
4 ENTRE MEMÓRIAS E IDENTIDADES: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DOS QUILOMBOS	49
4.1 Memória e Identidade: uma relação social e cultural	50
4.2 Memória e Cultura: preservando tradições e perpetuando identidades	54
4.3 Memória e informação: a institucionalização do patrimônio	57
4.4 A preservação da memória através do patrimônio cultural	59
5 OS LUGARES DE MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TEREIRO NAÇÃO XAMBÁ	62
5.1 Biblioteca	62
5.2 Memorial Severina Paraíso da Silva	65
6 RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE ADVERSIDADE: RACISMO E PANDEMIA DA COVID-19	70
6.1 A pandemia da Covid-19 e os terreiros de matriz africana	70
6.2 Racismo religioso: o desafio das comunidades de terreiro na luta contra a intolerância	73
7 ANÁLISE DOS DADOS	77
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE 1	101

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especificamente na Linha de pesquisa Informação, Memória e Sociedade, analisou a construção de memórias e identidades culturais da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá¹ localizada na cidade de Olinda, Pernambuco, Brasil.

As temáticas Memória e Identidades são discutidas em diversas áreas do conhecimento e na Ciência da Informação (CI) não é diferente. Prova disso, são as pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado que foram desenvolvidas, a exemplo das pesquisas de autoria de Silva Júnior (2014), Martins (2017), Lima (2018) e Pinheiro (2019).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade² na CI é uma marca nessa ciência que tem seu estudo voltado para as práticas, perspectivas, as aplicações de métodos de representação, gestão da informação e do conhecimento. Assim, a CI se constitui como conjunto de conhecimentos relativos à origem, à coleta, à organização, ao armazenamento, à recuperação, à interpretação, à transferência, à transformação e à utilização da informação, ou seja, refere-se a todo o ciclo informacional. A informação é objeto presente em todas as áreas do conhecimento, desse modo, “a CI assume caráter interdisciplinar e transdisciplinar” (Targino, 1995, p. 12), que para Freire e Freire (2015, p. 65) “tem levado a estudos epistemológicos que buscam mapear as relações entre a Ciência da Informação e outras áreas científicas”.

A natureza interdisciplinar é reafirmada como uma das características da CI pelo pesquisador Carlos Alberto Ávila Araújo em seu livro *O que é Ciência da Informação?* (2018), onde o autor relata no total três características da área: interdisciplinar, pós-moderna e humana e social. Essas três características, destacadas por Araújo, têm relação com os fenômenos estudados pela área, que dialogam com outras disciplinas e têm como base a informação em seus mais diversos suportes. Para o autor, neste Século XXI, a CI está ainda mais focada nos fenômenos que envolvem “documentos (ou registros de conhecimento), mediações

¹A Comunidade do Terreiro Nação Xambá é considerada Quilombo Urbano desde 24 de setembro de 2006, título concedido pelo Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

²Conforme Costa (2020, p. 6), “a interdisciplinaridade possibilita que uma área utilize conceitos de outras áreas, porém reconhecendo a especificidade entre as disciplinas”.

(tecnológicas e institucionais) e saberes (culturas, memórias e conhecimentos coletivos)” (Araújo, 2018. p. 8).

A partir das três características mencionadas, o autor relata o desenvolvimento das teorias contemporâneas na CI: a) Produção e comunicação científica; b) representação e organização da informação; c) os estudos sobre os sujeitos; d) a gestão da informação; e) economia política da informação; f) estudos métricos da informação; g) memória, patrimônio e documento.

Dito isso, esta Pesquisa se enquadra, portanto, na teoria Memória, Patrimônio e Documento, a qual se estabeleceu, por meio do abandono da Perspectiva Tecnicista da Ideia de Memória, e passou a ser vista dentro de um quadro da construção social e constituição da cultura, o que possibilita, então, a relação da CI com as humanidades que provocam discussões sobre preservação dos patrimônios culturais (Araújo, 2018).

Assim, percebemos a relação da Memória com a informação, ao assumir que ela é um produto das interações sociais e que pode ser verificada a partir das reuniões de informações “que se referem ao passado de um grupo” e que “são reunidas e relacionadas entre si como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos” (Azevedo Netto, 2007, p. 14).

Um dos reconhecidos estudiosos da memória, Jacques LeGoff (1990), em seus estudos, afirma que a memória serve para a libertação do homem e não para a servidão, que ela é o lugar “onde cresce a história, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. O autor afirma, ainda, que o homem se sente atraído pelo passado, pois necessita conhecer suas raízes e sua identidade.

Por outro lado, Michael Pollak (1992) destaca que a identidade é produzida em referência a critérios estabelecidos que desenvolvem o sentimento de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade e tudo isso é posto através de negociação de um com o outro. Desta forma, a identidade é vista como algo relacionado à identificação que o indivíduo tem em relação ao grupo em que está inserido e, desse modo, a construção desta identidade está ligada diretamente à memória do grupo social.

Em suma, de acordo com o exposto, compreendemos que memória e identidades estão ligadas de forma indissociável, tanto que segundo Candau (2012, p. 16) “a memória é a identidade em ação”. Desta forma, a memória é mais do que

lembrar o passado, ela é o meio pelo qual podemos entender o caminho trilhado na construção de identidades e nos (re)conhecermos enquanto membro de um grupo social. Assim, verificamos que as práticas de preservação da memória são um contributo para a salvaguarda da história e para a disseminação do conhecimento.

Ao considerar essas reflexões, ao partir do pressuposto de que as memórias são construídas de modo coletivo, conforme destacou o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), e ao considerá-las narrativas identitárias, estabelecemos como questão norteadora da presente pesquisa: Como ocorre a construção de memórias e de identidades culturais no âmbito da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá localizada na cidade de Olinda, Pernambuco, Brasil?

Nesse contexto, propõe-se como objetivo geral da presente pesquisa: Analisar a construção de memórias e identidades da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá localizada na cidade de Olinda, Pernambuco, Brasil; a partir das narrativas dos membros que compõem a hierarquia da Comunidade.

Com vistas a responder à questão norteadora em referência desdobram-se como objetivos específicos:

- a) Descrever as circunstâncias do surgimento da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá localizada na cidade de Olinda, Pernambuco;
- b) Caracterizar o perfil dos membros que compõem a hierarquia da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá;
- c) Identificar as memórias e os modos de preservação da Comunidade;
- d) Verificar os elementos constitutivos da identidade cultural dos quilombolas.

A pesquisa acadêmica em questão é fundamentada em sólidas justificativas pessoais, científicas e sociais, que se entrelaçam e fortalecem o propósito desta investigação.

Em relação à justificativa pessoal, a motivação para realizar essa pesquisa foi fortemente embasada em experiências concretas e significativas. Durante o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFPB, do qual sou egresso³, a oportunidade de entrar em contato com referenciais da disciplina Informação, Memória e Sociedade despertou o interesse em conhecer mais sobre as temáticas

³Conclusão da graduação em Biblioteconomia no ano de 2018.

abordadas. Essa imersão destacou uma identificação profunda ao analisar questões de cor (etnia) e pertencimento pelas temáticas de memória e identidades. Através dessa vivência acadêmica, foi possível perceber o impacto desses assuntos na sociedade e como eles desempenham um papel fundamental na compreensão de quem somos e de onde viemos.

Além disso, nossa participação como bolsista no âmbito do projeto de extensão (ProEx) intitulado (In)Formação Patrimonial como instrumento de promoção e vivência da cidadania, desenvolvido no ano de 2018, sob coordenação da Professora Dra. Luciana Ferreira da Costa, também contribuiu de forma concreta para a escolha desse tema de pesquisa. Durante essa experiência, tivemos oportunidade de aprofundar em temáticas relacionadas à memória e identidades, como patrimônio e educação patrimonial. Essa participação ativa e engajada no projeto ampliou nosso conhecimento e envolvimento com essas questões, o que fortaleceu ainda mais nosso interesse em explorá-las academicamente.

A justificativa científica dessa pesquisa encontra respaldo na relevância das temáticas de memória e identidades no campo da CI. Elas são discutidas em espaços antes invisibilizados, como comunidades quilombolas e movimentos sociais como o LGBTQIAPN+. A abordagem dessas questões, envolvendo gênero, etnia e identidade, tem se mostrado cada vez mais importantes para compreender a complexidade da sociedade contemporânea.

Dentro da Pós-Graduação em Ciência da Informação, diversos estudos têm explorado as interseções entre esses temas, demonstrando como eles se inserem no escopo dessa área de conhecimento. Pesquisas conduzidas por Pereira (2011), Nascimento (2015), Silva (2019) e Santos (2020) são exemplos que evidenciam como as temáticas de memória e identidades são discutidas no âmbito da Ciência da Informação.

Esses estudos trazem uma nova perspectiva para a CI, visto que ampliam as discussões e fornecem subsídios para uma compreensão mais abrangente do papel da informação na construção e expressão das identidades.

Por fim, a justificativa social fundamenta a relevância e o impacto desta pesquisa no âmbito da Ciência da Informação. A CI é intrinsecamente uma Ciência Social, e esta pesquisa se enquadra nesse contexto, já que considera a informação como elemento central das discussões. Então, relacionamos esse estudo ao contexto das Comunidades Quilombolas, onde a memória e a preservação das

identidades são de suma importância. Ao estabelecer essa conexão buscamos contribuir com o fortalecimento da memória histórica e identitária dessas comunidades, muitas vezes, marginalizadas em nossa sociedade.

Através da coleta de informações, por meio das lembranças rememoradas pelos personagens da comunidade estudada, essa pesquisa busca analisar narrativas de memórias e os elementos constitutivos de identidades. Ao evidenciar memórias e identidades de grupos historicamente invisibilizados, pretende-se contribuir para valorização dessas comunidades e para o reconhecimento de suas narrativas como patrimônio cultural.

Nesse sentido, considera-se que esta investigação possui dimensão social relevante, pois visa ampliar a compreensão das memórias e identidades em contextos marginalizados, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. Além disso, ao focar na apropriação, (re)conhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural, ela busca estimular a preservação e valorização das memórias e identidades desses grupos, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Durante a realização dessa pesquisa, ocorreu o enfrentamento de um desafio inesperado: a Pandemia do Corona Vírus (COVID-19) que impôs restrições e exigiu adaptações significativas.

Desde o início da referida pandemia, medidas de distanciamento social e restrições de movimentação foram implementadas em diversas regiões do mundo, o que incluiu o local onde a pesquisa estava sendo conduzida. Isso resultou em limitações nas interações presenciais, o que dificultou o acesso às comunidades e à realização de observações diretas.

Para contornar esses desafios, tivemos que adaptar as metodologias e buscamos alternativas viáveis. Uma delas, foi utilizar recursos tecnológicos, como videoconferências e entrevistas online, assim, pode-se estabelecer conexões virtuais com membros da comunidade estudada. Essa abordagem permitiu que as interações fossem mantidas, embora em um formato diferente, isso possibilitou o acesso às narrativas e experiências dos participantes.

No entanto, é importante reconhecer que essa mudança para o ambiente virtual trouxe algumas limitações, já que a natureza das interações online pode afetar a dinâmica das relações estabelecidas, bem como a percepção e o entendimento das expressões culturais. Ademais, a observação direta de contextos

físicos também se tornou um desafio, isso dificultou a obtenção de percepções aprofundada sobre as práticas e interações cotidianas dos participantes. Essas adaptações e limitações impostas pela pandemia afetaram o desenvolvimento da pesquisa, tornando o processo ainda mais complexo e o que exigiu maior flexibilidade.

A pandemia também afetou o acesso a recursos e aos materiais relevantes para a pesquisa. Por exemplo, arquivos, acervos e locais físicos de memória e patrimônio cultural, que poderiam fornecer informações valiosas, ficaram inacessíveis devido às restrições de visitação e fechamento temporário. Isso limitou a capacidade de ampliar o entendimento e a contextualização das narrativas e identidades em estudo.

Apesar de todas essas dificuldades, é importante ressaltar nossa resiliência e comprometimento em superar os obstáculos impostos pela pandemia. Através da utilização de recursos digitais e da criatividade na adaptação das metodologias, conseguimos avançar com o estudo e manter o foco na compreensão das memórias e identidades da comunidade investigada.

Por outro lado, concomitante a esse contexto, a pandemia também destacou a relevância de pesquisas em um momento de crise global. Desse modo, concluiu-se que a situação atual evidenciou ainda mais a importância de valorizar as narrativas de memória e as identidades de grupos historicamente invisibilizados.

No entanto, ainda é fundamental reconhecer que a realização da pesquisa durante a pandemia exigiu esforços adicionais e adaptabilidade, e os resultados podem apresentar particularidades decorrentes das circunstâncias excepcionais enfrentadas. A análise cuidadosa desses aspectos, juntamente com uma reflexão sobre as limitações e desafios enfrentados, contribuirá para uma compreensão mais abrangente dos impactos da pandemia na pesquisa acadêmica.

Nesse sentido, a pesquisa em questão representa não apenas uma contribuição científica e social relevante, mas também um testemunho da resiliência e da capacidade de adaptação em face de circunstâncias desafiadoras. A pandemia da COVID-19 não apenas trouxe dificuldades, mas também evidenciou a necessidade de se repensar as práticas de pesquisa, incorporando inovação e respostas criativas para garantir que a busca pelo conhecimento e a compreensão das memórias e identidades se mantenham relevantes e significativas, mesmo em momentos de desestabilização global.

Assim, além desta introdução, o trabalho apresenta mais 7 seções. Na seção 2, apresentamos a Metodologia, descrevemos a caracterização da pesquisa, bem como os procedimentos escolhidos para alcanças os seus objetivos, além de apresentar os sujeitos da pesquisa. Na sequência, na seção 3 Entre memórias e identidades: a construção cultural dos quilombos, apresenta-se nosso Referencial teórico, onde tratamos sobre a relação da memória, identidade e patrimônio cultural ao partir do entendimento do que são os quilombos e como eles preservam suas histórias e tradições. Na seção 4 Terreiro de Santa Barbara da Nação Xambá: lugar de luta e resistência, apresenta-se a história da chegada das tradições da Nação Xambá ao Brasil, a perseguição sofrida, a luta por respeito e o reconhecimento advindo de trabalhos desenvolvidos pela Comunidade. Na sequência, tem-se a seção 5 Os lugares de memória da comunidade quilombola do terreiro nação xambá, nessa seção tratamos da institucionalização da memória do terreiro a partir do Memorial Severina Paraíso da Silva e da Biblioteca da Comunidade. Na seção 6 Resistência em tempos de adversidade: racismo e pandemia da Covid-19, relatamos o enfrentamento da comunidade diante do racismo, inclusive do racismo religioso, além dos desafios impostos diante da pandemia da Covid-19. Na sequência, a Análise dos Dados exposta na seção 7, onde apresentamos os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa. Por fim, na última seção encontra-se nossas considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia desempenha um papel crucial em qualquer pesquisa acadêmica, visto que oferece as bases e diretrizes necessárias para a obtenção de dados precisos e para responder às perguntas de pesquisa. É por meio da metodologia que os pesquisadores definem o conjunto de técnicas e procedimentos a serem empregados para coletar, analisar e interpretar os dados relevantes para a investigação em questão.

Uma metodologia adequada é essencial para garantir a exequibilidade e eficácia da pesquisa. Ela engloba as concepções teóricas e os fundamentos metodológicos que orientam a abordagem adotada, bem como o conjunto de técnicas e instrumentos empregados para construir a realidade investigada. É nesse processo metodológico que o pesquisador encontra o equilíbrio entre a fundamentação teórica e a aplicação prática das técnicas, desempenhando um papel crucial no alcance dos objetivos da pesquisa (Gil, 2008).

Nesse contexto, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que se baseia em refletir os fatos a partir de um contexto social e de uma vivência com os atores que interagem nesse meio, conforme destacado por Nascimento (2019). A tipologia qualitativa permite explorar as nuances e complexidades do fenômeno em estudo, buscando compreender as perspectivas, experiências e significados atribuídos pelos participantes da pesquisa. Por meio dessa abordagem, busca-se obter uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais, capturando a subjetividade e a riqueza dos dados coletados.

Uma das características fundamentais da pesquisa qualitativa é a ênfase na subjetividade e na complexidade da experiência humana. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que busca generalizações universais com base em dados numéricos, a pesquisa qualitativa valoriza a compreensão das particularidades e nuances das experiências dos participantes envolvidos no estudo. Essa abordagem é especialmente relevante quando lidamos com grupos que possuem características culturais distintas (Nascimento, 2019).

Segundo Oliveira (2009), as características da pesquisa qualitativa são descritas como:

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

2^a) A pesquisa qualitativa é descritiva.

3^a) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

4^a) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.

5^a) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa (Oliveira, 2009, p. 15).

A pesquisa qualitativa, com sua ênfase na subjetividade e complexidade da experiência humana, é essencialmente relevante por estudar grupos com características culturais distintas. Segundo Neves (1996), há três abordagens para realizar pesquisas qualitativas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Em primeiro lugar, a pesquisa documental consiste na coleta de dados a partir da análise de documentos e materiais. Essa abordagem é particularmente útil para obter informações sobre objetos de estudo que não estão mais disponíveis. Em segundo lugar, o estudo de caso é uma análise detalhada de uma unidade específica de estudo, como um grupo, instituição ou situação, “quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico” (Neves, 1996, p. 3). Para finalizar, a etnografia é uma abordagem em que o pesquisador se envolve diretamente com o objeto de estudo, e chega a viver junto com ele, com o intuito de compreender não apenas a forma como os fatos ocorrem, mas principalmente o significado que eles têm para os envolvidos (Neves, 1996).

A presente pesquisa se enquadra em uma pesquisa documental, baseando-se na análise e exploração de fontes documentais, como documentos oficiais, registros históricos e literatura especializada. Ao Combinar essas abordagens, obtém-se uma compreensão enriquecedora e contextualizada, por meio das capturadas nuances das experiências dos participantes e exploração do contexto histórico e cultural através dos documentos.

A pesquisa documental é uma abordagem metodológica que se baseia na análise e exploração de fontes documentais como parte do processo de investigação. Essas fontes documentais podem incluir uma ampla gama de materiais, como documentos oficiais, registros históricos, arquivos, correspondências, fotografias, literatura especializada, artigos científicos, entre outros (Richardson, 2012). O objetivo da pesquisa documental é acessar e examinar cuidadosamente esses documentos, a fim de coletar dados relevantes e informações significativas para responder às questões de pesquisa e alcançar os

objetivos estabelecidos. Essa abordagem permite ao pesquisador explorar o contexto histórico, social, cultural e institucional relacionado ao tema de estudo (Richardson, 2012).

O acesso aos documentos do terreiro permitiu a exploração de registros históricos, atas, correspondências, fotografias, entre outros materiais que documentam a trajetória do terreiro ao longo dos anos. Esse acervo revelou informações valiosas sobre as origens, as tradições, as mudanças e as lutas enfrentadas pelo terreiro e ofereceu uma visão panorâmica e aprofundada do seu patrimônio cultural e memória coletiva.

A pesquisa documental também permitiu identificar a relação do terreiro com a comunidade local, a participação em eventos culturais, a interação com outras entidades religiosas e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Por meio desses documentos, foi possível traçar um perfil do terreiro, compreender sua importância histórica e cultural, e estabelecer as bases para as etapas subsequentes da pesquisa.

No entanto a primeira etapa deste estudo foi a realização da pesquisa bibliográfica, “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos” (Gil, 2008, p. 69), explorou-se um vasto acervo para identificar teorias, conceitos e estudos relevantes, o que fundamentou a pesquisa por meio de uma revisão crítica de diversas fontes bibliográficas

O ambiente da pesquisa é a comunidade quilombola do Terreiro Nação Xambá, localizada na Cidade de Olinda-PE, a Comunidade se destaca no cenário religioso de tradições culturais africanas vivenciadas no Brasil há mais de 90 anos, este é um lugar de resistência e preservação de memórias e identidade.

A Nação Xambá é reconhecida por suas práticas religiosas: os cultos aos Orixás. Destaca-se pelos trabalhos que desempenham na preservação das raízes africanas na comunidade, que mantém, vínculos profundos com suas origens históricas e luta pela valorização e visibilidade de suas tradições.

2.1 Sujeitos da Pesquisa

Delimitar os sujeitos da pesquisa é uma etapa fundamental no estudo acadêmico. Ao definir os sujeitos estabelecemos os limites e características do contexto que será investigado. Essa delimitação envolve selecionar a população-alvo, grupo específico ou elementos que serão objeto de estudo. Essa definição é

importante para direcionar os esforços e recursos de forma mais eficiente, considerando as restrições de tempo e acesso.

Nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que se deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo. Nesse caso, utiliza-se o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos (Marconi; Lakatos, 2003, p. 162).

Portanto, é comum trabalhar com uma amostra representativa do universo da pesquisa, já que é inviável estudar todos os indivíduos ou elementos relacionados ao tema. Consequentemente, a seleção criteriosa da amostra permite obter resultados relevantes e fazer inferências sobre o conjunto maior. Para isso, é necessária a definição dos sujeitos da pesquisa, uma etapa crucial para o desenvolvimento de um estudo. Isso permite estabelecer os limites e características do contexto que será investigado e, assim, direcionar seus esforços e recursos de forma eficiente.

É relevante ressaltar que a definição dos sujeitos da pesquisa se torna ainda mais relevante quando aplicada ao estudo do Terreiro Nação Xambá. Ao delimitar os sujeitos para investigar o contexto em que ele está inserido, é possível compreender as particularidades e nuances das experiências dos membros desta comunidade, explorando as interações sociais, as práticas religiosas e os valores culturais presentes.

Desse modo, o Terreiro Nação Xambá é uma comunidade religiosa de matriz africana localizada no estado de Pernambuco, Brasil. É reconhecido como um importante centro de preservação e prática da religiosidade afro-brasileira. Portanto, ele mantém tradições ancestrais e representa um espaço de resistência cultural e espiritual.

Localiza-se na cidade de Olinda, o Terreiro Nação Xambá é conhecido por sua história e por desempenhar um papel significativo na preservação e disseminação das tradições religiosas afro-brasileiras. Fundado por Mãe Biu, uma importante líder religiosa do século XIX, o terreiro tem se mantido como um espaço sagrado e referência para a comunidade, é um ponto de encontro e fortalecimento da identidade cultural afrodescendente.

O terreiro é reconhecido como um local de culto e celebração das divindades africanas que mantém vivas as práticas rituais e as festividades que honram essas

entidades. Sua estrutura física é composta por um espaço cerimonial, onde são realizados os rituais religiosos, e por áreas destinadas às atividades comunitárias e às sociais.

A comunidade do Terreiro Nação Xambá é formada por uma diversidade de membros, em suma, inclui tanto aqueles que são iniciados na religião quanto aqueles que participam das atividades e eventos como simpatizantes. O terreiro é aberto à participação de pessoas de diferentes origens étnicas e culturais, desde que demonstrem respeito e interesse em aprender sobre a religião e contribuir para o fortalecimento da comunidade.

A hierarquia do Terreiro Nação Xambá é baseada em uma estrutura organizacional que reflete os princípios e valores da religião. Na hierarquia, estão os líderes espirituais. São eles que conduzem as atividades religiosas, orientam e lideram a comunidade nas práticas, rituais e nas questões espirituais.

Além dos líderes espirituais, a comunidade do Terreiro Nação Xambá é composta por outros membros que desempenham funções específicas dentro do terreiro. Entre eles, destacam-se os responsáveis pela parte musical e instrumental dos rituais, tocam os atabaques e outros instrumentos que dão suporte às cerimônias religiosas. Além dos membros que têm um papel importante na organização e realização dos rituais, auxiliam nas preparações e nas oferendas.

Cada membro da hierarquia do Terreiro Nação Xambá possui um papel fundamental na comunidade, trazem consigo uma história de vida e uma relação única com a religião. Esses membros representam a continuidade e a força da tradição, contribuem para a preservação das memórias, identidades e práticas culturais do terreiro.

Ao investigar cada membro da hierarquia, busca-se não apenas retratar suas histórias pessoais, mas também compreender como suas trajetórias influenciam e são influenciadas pelo contexto religioso e cultural do Terreiro Nação Xambá. Cada membro desempenha um papel específico dentro da estrutura hierárquica, traz consigo saberes, responsabilidades e práticas que contribuem para o funcionamento e preservação da comunidade.

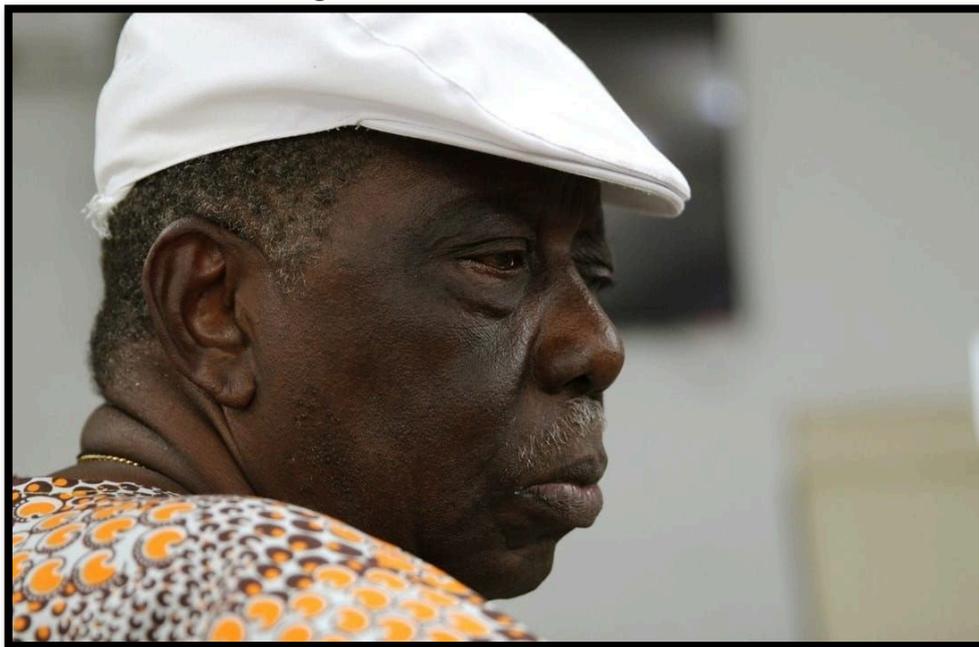
Os membros da hierarquia do Terreiro Nação Xambá destacam-se como figuras que desempenham papéis fundamentais na comunidade religiosa. São eles: Babalorixá Ivo de Xambá, Yalorixá Tia Lourdes, Padrinho Maurício e Madrinha Nidinha de Yemanjá.

Cada um desses membros da hierarquia do Terreiro Nação Xambá possui uma história de vida, uma trajetória espiritual e uma relação singular com a religiosidade afro-brasileira. Seus conhecimentos, experiências e contribuições são de suma importância para a compreensão das tradições, dos rituais e da dinâmica social dentro do terreiro. Ao estudar e dar voz a esses sujeitos valoriza-se a riqueza cultural e espiritual presentes no Terreiro Nação Xambá, bem como a preservação das tradições religiosas afro-brasileiras.

2.1.1 Babalorixá Ivo de Xambá

Adeildo Paraíso da Silva, conhecido como Ivo de Xambá, é uma figura de destaque no contexto religioso e cultural do Terreiro Nação Xambá. Nascido em 6 de agosto de 1953, ele é filho de Severina Paraíso da Silva, também conhecida como Mãe Biu, segunda Yalorixá do Terreiro Santa Bárbara, e de José Martins da Silva, descendente de Ogum.

Imagem 1: Babalorixá Ivo de Xambá.



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Desde tenra idade, Ivo esteve envolvido nas tradições religiosas da Nação Xambá. Acompanhando sua mãe, Mãe Biu, ele aprendeu os rituais e as práticas sagradas do terreiro. Mesmo quando criança, Ivo já demonstrava seu talento musical, ao cantar e ao tocar em honra aos Orixás. Aos dez anos, ele foi iniciado e consagrado a Oxum, tornando-se um filho de Oxum, o que fortaleceu sua conexão com essa divindade.

Após o falecimento de Mãe Biu, em 1993, Ivo assumiu a responsabilidade de liderança do Terreiro Nação Xambá, juntamente com sua tia Donatila Paraíso do Nascimento, conhecida como Mãe Tila. Esse momento marcou uma transição importante na história do terreiro, com Ivo seguindo os ensinamentos e orientações do Babalorixá Manoel Mariano da Silva, que teve um papel significativo na formação e desenvolvimento espiritual de Ivo.

Em março de 2003, com o falecimento de Mãe Tila, Ivo assumiu integralmente a direção do Terreiro Nação Xambá. Com dedicação e compromisso, ele se tornou o líder responsável por preservar o culto aos Orixás, seguindo os ritos do Povo Xambá. Sua atuação como Babalorixá é marcada pela busca incessante pela manutenção e valorização das tradições religiosas afro-brasileiras.

Além de suas responsabilidades religiosas, Ivo de Xambá também se destaca como líder classista. Ele é presidente do Sindicato dos Estivadores e ocupa uma posição relevante no cenário sindical pernambucano. Sua atuação como líder religioso e sindical demonstra sua capacidade de conciliar e representar diferentes aspectos da comunidade afro-descendente.

Ao longo de sua trajetória, Ivo de Xambá se estabeleceu como uma das principais lideranças religiosas em Pernambuco. Seu comprometimento em preservar e promover a cultura afro-brasileira, através do culto aos Orixás e da valorização das tradições do Terreiro Nação Xambá, o tornou uma figura respeitada e admirada na comunidade afro-descendente.

Sua notável dedicação às tradições religiosas afro-brasileiras e sua liderança na comunidade do Terreiro Nação Xambá chamaram a atenção da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em reconhecimento à sua contribuição para a preservação da cultura e identidade afro-brasileira, Ivo de Xambá foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa* pela UFPE.

Essa honraria, concedida pela universidade, é uma forma de reconhecer e homenagear indivíduos que se destacam em suas áreas de atuação, mesmo sem possuírem uma formação acadêmica formalmente reconhecida. A concessão do título de *Doutor Honoris Causa* a Ivo de Xambá é um testemunho do valor e da relevância de suas contribuições para a cultura, a religiosidade e a comunidade afro-brasileira.

A distinção de receber o título de *Doutor Honoris Causa* pela UFPE é um reconhecimento da importância do trabalho de Ivo de Xambá na preservação das

tradições culturais e religiosas afro-brasileiras. Esse título honorífico atesta não apenas suas habilidades e conhecimentos, mas também sua dedicação e liderança na promoção da cultura afro-brasileira.

2.1.2 Yalorixá Tia Lourdes

Maria de Lourdes da Silva, também conhecida como Tia Lourdes, é uma figura de destaque e importância significativa no Terreiro Nação Xambá. Nascida em 1928, ela é filha de Maria do Carmo Paraíso, uma devota de Oxum, e José Francelino do Paraíso, descendente de Ogum. Além disso, Tia Lourdes é irmã de Mãe Biu e Mãe Tila, duas importantes Yalorixás do terreiro.

Sua jornada espiritual começou em 1958, quando foi iniciada na religião afro-brasileira. A partir desse momento, Tia Lourdes passou a dedicar-se intensamente aos estudos e práticas religiosas, ao mergulhar nas tradições e nos ensinamentos transmitidos por sua família e pelos mais velhos da comunidade.

Em 1966, Tia Lourdes assumiu o papel de madrinha da Casa, foi reconhecida como uma guia e conselheira para os demais membros do terreiro. Sua sabedoria, experiência e liderança se tornaram referência para a comunidade, o que proporcionou orientação espiritual e apoio emocional aos fiéis do Terreiro Nação Xambá.

Com o passar dos anos, Tia Lourdes fortaleceu sua posição e, em 2003, alcançou o título de Quarta Yalorixá, que representa a quarta geração de liderança feminina na linha sucessória do terreiro. Essa conquista é um testemunho de sua dedicação e compromisso com a religiosidade afro-brasileira, bem como da confiança depositada nela pela comunidade.

A trajetória de Tia Lourdes é marcada por sua devoção aos Orixás e pelo profundo respeito às tradições e aos rituais sagrados. Sua experiência de vida e sua conexão espiritual com Yemanjá, conferem-lhe uma sabedoria e uma sensibilidade especiais, refletindo-se em sua atuação como Yalorixá e líder religiosa.

Tia Lourdes desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da cultura afro-brasileira no Terreiro Nação Xambá. Sua liderança é marcada pelo exemplo de respeito, dedicação e amor à comunidade religiosa. Ela é reconhecida como uma guardiã das tradições ancestrais, que transmite conhecimentos e ensinamentos valiosos para as gerações futuras.

Imagem 2: Yalorixá Tia Lourdes.



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

A atuação de Tia Lourdes vai além do contexto religioso. Sua influência se estende também para questões sociais e comunitárias, ela é uma figura respeitada e admirada não apenas dentro do terreiro, mas também em seu entorno. Sua voz e seus conselhos são buscados não apenas para assuntos religiosos, mas também para a resolução de conflitos e a promoção da harmonia na comunidade.

A história de vida e a trajetória espiritual de Tia Lourdes são um testemunho vivo da importância da preservação das tradições e da valorização da cultura afro-brasileira. Seu compromisso, sua devoção e sua liderança são fundamentais para a perpetuação e o fortalecimento do Terreiro Nação Xambá, bem como para a afirmação da identidade e da espiritualidade do povo negro no Brasil.

2.1.3 Padrinho Maurício César da Silva

Maurício César da Silva, conhecido como Padrinho Maurício, é uma figura de destaque no Terreiro Nação Xambá. Ele é filho de Tia Lourdes e Francisco Xavier da Silva, ambos devotos de Xangô. Além disso, ele é sobrinho de Mãe Biu, uma importante liderança religiosa do terreiro.

Sua iniciação na religião afro-brasileira ocorreu em 1986, momento em que Padrinho Maurício iniciou sua jornada espiritual e mergulhou nos ensinamentos e práticas sagradas da comunidade. Desde então, ele desempenha o papel de Padrinho, também conhecido como Acipa ou Pai Pequeno, a partir de 1993.

Apesar de ter cursado até a sexta série do ensino fundamental, Padrinho Maurício demonstra um profundo conhecimento e compreensão das tradições religiosas do Terreiro Nação Xambá. Sua dedicação e compromisso com a religiosidade e com a comunidade são evidentes em seu envolvimento ativo nos rituais, orientação espiritual e auxílio aos demais membros do terreiro.

Padrinho Maurício, como filho de Xangô, possui uma conexão especial com essa divindade. Sua presença e atuação no Terreiro Nação Xambá são fundamentais para a condução dos rituais relacionados a Xangô e para a manutenção da harmonia e do equilíbrio espiritual dentro da comunidade.

Além de sua importante participação no terreiro, Padrinho Maurício também desempenha um papel ativo na vida comunitária e social. Sua liderança e influência se estendem para além do âmbito religioso, pois é um membro respeitado e admirado em seu entorno.

A presença de Padrinho Maurício na hierarquia do Terreiro Nação Xambá é uma representação da continuidade e da união familiar no contexto religioso. Sua atuação, em conjunto com as demais lideranças, contribui para a preservação das tradições culturais, a promoção da espiritualidade afro-brasileira e o fortalecimento da identidade da comunidade.

Imagem 3: Padrinho Maurício (ao centro)



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

A história e o papel desempenhado por Padrinho Maurício no Terreiro Nação Xambá são exemplos de dedicação, compromisso e conexão com as raízes ancestrais. Sua presença e envolvimento são fundamentais para a continuidade e o crescimento do terreiro, bem como para a transmissão dos ensinamentos e valores que permeiam a religiosidade afro-brasileira.

Padrinho Maurício, com sua sabedoria e experiência, é uma inspiração para a comunidade do Terreiro Nação Xambá e para todos aqueles que buscam compreender e valorizar a cultura afro-brasileira. Sua contribuição, tanto no âmbito religioso quanto no social, reafirma a importância da preservação das tradições e da valorização da diversidade cultural no Brasil.

2.1.4 Madrinha Nidinha de Yemanjá

Denilda Paraíso do Nascimento, também conhecida como Nidinha de Yemanjá, desempenha um papel essencial no Terreiro Nação Xambá. Ela nasceu em 12 de novembro de 1942, filha de Donatila Paraíso do Nascimento, mais

conhecida como Mãe Tila de Orixalá e de José Alves do Nascimento, devoto de Xangô.

Sua iniciação na religião afro-brasileira ocorreu em 26 de abril de 1959, quando foi iniciada por Severina Paraíso da Silva, mais conhecida como Mãe Biu, e por Manuel Mariano da Silva. Essa iniciação marcou o começo de sua jornada espiritual e a ligou aos orixás, especialmente a Yemanjá.

A partir de 27 de junho de 2015, Nidinha assumiu o papel de madrinha do Terreiro Xambá, uma posição de destaque e liderança dentro da hierarquia do terreiro. Como madrinha, ela desempenha um papel fundamental na condução dos rituais, na orientação espiritual e no apoio aos membros da comunidade.

Imagem 4: Madrinha Nidinha de Yemanjá



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Nidinha de Yemanjá traz consigo uma rica herança familiar e espiritual, é filha de Mãe Tila de Orixalá e sobrinha de Mãe Biu. Essas conexões familiares e

espirituais reforçam sua ligação com as tradições ancestrais do Terreiro Nação Xambá e sua importância como representante da linhagem religiosa.

A atuação de Nidinha é marcada por sua devoção a Yemanjá, a divindade associada à maternidade, à fertilidade e às águas. Sua conexão com Yemanjá é refletida em sua liderança espiritual e na promoção da cultura e das tradições relacionadas a essa divindade.

Além de seu papel no terreiro, Nidinha de Yemanjá também é uma presença ativa na comunidade, é uma figura respeitada e admirada por seu conhecimento, sabedoria e dedicação à religiosidade afro-brasileira. Sua atuação vai além dos rituais religiosos, envolvendo-se também em questões sociais e comunitárias.

A história e a posição de Nidinha de Yemanjá no Terreiro Nação Xambá são um exemplo de continuidade e preservação das tradições familiares e religiosas. Sua liderança, juntamente com as demais figuras da hierarquia, contribui para a manutenção e fortalecimento da cultura afro-brasileira, além de ser um exemplo inspirador para as gerações futuras.

A presença de Nidinha de Yemanjá no Terreiro Nação Xambá é uma representação viva da força e da importância das mulheres na religiosidade afro-brasileira. Seu compromisso e sua dedicação são fundamentais para a continuidade e o crescimento do terreiro, bem como para a transmissão dos ensinamentos e valores que permeiam a religião e a cultura afro-brasileira.

2.2 Procedimentos de coleta de dados

Com uma pesquisa qualitativa embasada nas abordagens documental e bibliográfica, realizamos a coleta de dados a partir de entrevistas, uma técnica que propicia uma compreensão mais holística e interpretativa da cultura, crenças e valores dos participantes. Através desse gênero textual, é possível estabelecer uma relação de confiança e diálogo com os membros da comunidade quilombola, isso possibilita a coleta de narrativas e experiências significativas.

A entrevista semiestruturada se revelou como um instrumento eficiente para traçar o perfil do grupo investigado, além de coletar dados que estão alinhados aos objetivos específicos estabelecidos para alcançar o objetivo geral da pesquisa. Essa abordagem de entrevista semiestruturada se mostra conveniente devido à sua flexibilidade, uma vez que embora algumas questões sejam delineadas previamente

de acordo com os objetivos específicos, o pesquisador tem a liberdade de fazer novas perguntas e considerações com base nas respostas dos participantes.

A entrevista semiestruturada permite um diálogo mais aberto e fluido entre o pesquisador e o participante, proporcionando um ambiente propício para a expressão de ideias, percepções e experiências. Ao estabelecer um conjunto de questões principais, o pesquisador cria um roteiro que serve como um guia para a condução da entrevista, garantindo a abordagem dos tópicos de interesse. No entanto, ao mesmo tempo, a flexibilidade da entrevista semiestruturada permite que o pesquisador explore questões emergentes, faça aprofundamentos, solicite esclarecimentos ou peça exemplos concretos, conforme necessário.

O roteiro das entrevistas, detalhando as questões abordadas durante o processo de coleta de informações, encontra-se disponível no Apêndice 1. Esse roteiro foi elaborado de modo a abordar aspectos fundamentais relacionados às tradições culturais, à memória e à identidade da comunidade, isso permitiu chegar as respostas dos objetivos específicos.

Essa abordagem mais flexível da entrevista semiestruturada é particularmente adequada para a pesquisa em que se busca compreender as perspectivas, narrativas e experiências dos participantes de forma aprofundada. Ela permite que o pesquisador se adapte às respostas e as percepções oferecidas pelos participantes, o que amplia a compreensão sobre os fenômenos estudados. Além disso, a entrevista semiestruturada também incentiva a participação ativa dos entrevistados, o que permite que expressem suas opiniões e compartilhem suas vivências de maneira mais abrangente.

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (Marconi; Lakatos, 2003, p. 197).

Na condução das entrevistas, foi adotada uma postura empática, acolhedora e respeitosa, essa abordagem garante um ambiente propício para que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas histórias e experiências. Foi importante estabelecer um clima de confiança e confidencialidade, demonstrando interesse genuíno pelo conhecimento.

As entrevistas foram realizadas a partir do *Google Meet*, nos dias 05 e 16 de junho de 2023. Inicialmente seriam realizadas entrevistas com os quatro membros

da Hierarquia do Terreiro Nação Xambá. No entanto, dois membros da hierarquia não puderam participar. Assim, dois membros da hierarquia, Babalorixá Ivo de Xambá, responsável pelo Terreiro, e Padrinho Maurício participaram da etapa de entrevistas.

Através das entrevistas, foi possível captar não apenas informações objetivas, mas também compreender os significados subjetivos atribuídos pelos participantes às suas vivências. Essa abordagem permitiu explorar os contextos socioculturais que moldam as identidades e memórias das comunidades quilombolas, isso forneceu percepções valiosas para a compreensão dos processos de construção e preservação do patrimônio cultural dessa comunidade.

Portanto, a utilização da pesquisa qualitativa embasada em nas abordagens documental e bibliográfica, com a coleta de dados, por meio de entrevistas semiestruturadas, possibilitou uma análise aprofundada e interpretativa da cultura, crenças e valores da comunidade quilombola. Essa metodologia nos permitiu explorar a singularidade e a complexidade das experiências dos participantes, esse fato enriqueceu o conhecimento sobre as narrativas de memória e identidades presentes nessa comunidade.

3TERREIRO DE SANTA BARBARA DA NAÇÃO XAMBÁ: LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA

Imagem 5: Toque de Oyá



Fonte: Paulinho Filizola, (2022).

A presença da religiosidade africana, no Brasil, originou-se nos tempos da escravidão, quando milhares de africanos foram trazidos à força para o país como escravizados. Esses africanos trouxeram consigo suas tradições culturais, religiosas e linguísticas, que se fundiram e se adaptaram às novas condições sociais e culturais do Brasil.

Os primeiros terreiros de candomblé foram fundados no Brasil no século XIX, principalmente nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, onde havia uma grande concentração de africanos escravizados. O candomblé é uma das religiões de matriz africana mais difundida no Brasil, juntamente com a umbanda, a jurema, entre outras.

Nas diferentes grandes cidades do século XIX surgiram grupos que recriavam no Brasil cultos religiosos que reproduziam não somente a religião africana, mas também outros aspectos da sua cultura na África. Os criadores dessas religiões foram negros da nação nagô ou iorubá, especialmente os de tradição de Oyó, Lagos, Ketu, Ijexá e Egbá, e os da nação jeje, sobretudo os mahis e daomeanos. (...)a religião negra, que na Bahia se chamou candomblé, em Pernambuco

e Alagoas, xangô, no Maranhão, tambor de mina, e no Rio Grande do Sul, batuque, foi organizada em grupos de “nações” ou “nações de candomblé” (Bastide, 1958. p. 18).

O termo Candomblé se originou no idioma *Banto* e significa “festa”. Essas festas são acompanhadas de ritmos tocados por tambores, como atabaques e agogôs, e danças que reverenciam e homenageiam os antepassados divinizados, de acordo com a crença de cada povo. O candomblé é considerado um culto que se assemelha aos cultos originais praticados na África (Kileu; Oxaguiã, 2009).

O candomblé está dividido em diversas nações, que são grupos que seguem uma tradição religiosa comum e têm seus próprios ritos, deuses, mitos e símbolos. Cada nação de candomblé é uma expressão singular da cultura afro-brasileira e tem suas próprias características e influências regionais.

Além disso, cada nação de candomblé tem suas próprias origens históricas e geográficas, suas próprias formas de organização, seus próprios ritmos e instrumentos musicais, além de uma relação específica com seus antepassados divinos e com a natureza.

No entanto, apesar das diferenças, todas as nações de candomblé seguem uma mesma visão de mundo e uma mesma busca pela conexão com o sagrado e com a ancestralidade africana.

Os candomblés pertencem a "nações" diversas e perpetuam, portanto, tradições diferentes: Angola, Congo, Gêge (isto é, Ewe), Nagô (termo com que os franceses designavam todos os negros de fala yoruba, da Costa dos Escravos), Quêto (ou Ketu), Ijêxa (ou Ijêsha). É possível distinguir estas "nações" umas das outras pela maneira de tocar o tambor (seja com a mão, seja com varetas), pela música, pelo idioma dos cânticos, pelas vestes litúrgicas, algumas vezes pelos nomes das divindades, e enfim por certos traços do ritual. Todavia, a influência dos Yoruba domina sem contestação o conjunto das seitas africanas, impondo seus deuses, a estrutura de suas cerimônias e sua metafísica, a Dahomeanos, a Bantos (Bastide, 1958, p. 18)

Além das nações já mencionadas, outra nação aportou no Brasil com um legado oriundo do Povo Xambá, originária dos habitantes da região limite da Nigéria com Camarões.

No início dos anos 1920, o Babalorixá Artur Rosendo Pereira permaneceu em Dakar no Senegal numa estadia que durou quatro anos, lá obteve a oportunidade de conhecer Tio Antônio, um vendedor de painéis na feira da cidade. Esse comerciante era de uma região africana, norte do Ashanti, conhecida por habitar os montes

Adamawa, no vale do Rio Benué, região que se estende entre a Nigéria e Camarões. Os habitantes desta região, o Povo Tchambá, possuíam tradições específicas nos cultos aos orixás. Artur Rosendo Pereira tornou-se aluno de Tio Antônio e aprendeu todos os ritos tradicionais dos cultos aos Orixás e seus axés conforme os preceitos de seu Povo (Valdez; Martins, 202-?).

Imagem 6: Região do Monte Adamawa.



Fonte: *Britannica*, (2023).

Navolta ao Brasil, instalando-se na cidade de Maceió/AL, deu início aos cultos aos Orixás sob as perspectivas do Povo Xambá. Durante os anos que permaneceu na cidade de Maceió, Artur Rosendo Pereira sofreu muitas repressões policiais por ser membro de uma religião Afro-brasileira. O Brasil vivia numa cruel perseguição aos cultos afro-brasileiros e afro-indígenas, que ocorria com o fechamento de terreiros e a proibição da realização de cultos.

Toda perseguição sofrida pela Nação Xambá é resultado de um planejamento que visava mudanças no país, impulsionado por projetos de modernização e investimento num processo de branqueamento, por meio do estímulo à imigração de origem europeia e à estigmatização da população negra. Isso intensificou práticas racistas inspiradas em ideias eugenistas, focadas na comunidade negra e em todo seu legado.

Desta forma, Artur Rosendo decidiu mudar-se para o Recife/PE dando continuidade a suas atividades de zelador dos Orixás, porém com as portas

fechadas no bairro de Água Fria. Assim, introduziu-se em Pernambuco os ritos e tradições do Povo Xambá (Xambá, 2021).

No Recife, Artur Rosendo iniciou vários filhos de santo, destacando-se Maria das Dores da Silva (Maria Oyá) e Severina Paraíso da Silva (Mãe Biu). Em fevereiro 1928, Maria Oyá começa a cultuar aos orixás na Rua do Limão, Bairro de Campo Grande, também no Recife. Em 7 de Fevereiro de 1930, é inaugurado o Terreiro de Maria Oyá que tinha como Babalorixá o Próprio Artur Rosendo e como Yalorixá Iracema (Cema) (Xambá, 2021).

Em 13 de dezembro de 1932, Maria Oyá termina sua iniciação, na ocasião foi entregue as folhas, a faca e a espada, ao meio-dia foi realizado o ritual de coroação de Oyá em seu trono, cerimônia repetida até a contemporaneidade. Em 1938, o Terreiro de Maria de Oyá é fechado, em uma nova onda de repressão às casas de culto afro-brasileiras. No ano seguinte, Maria Oyá falece, em decorrência de uma profunda depressão (Xambá, 2021).

Em 08 de abril de 1939, foi decretada a Lei 1.202, que entre outras deliberações estabelece em seu Artigo 33 que era vedado ao Estado e ao Município “estabelecer, subvencionar, ou embargar o exercício de cultos religiosos”. No entanto, as religiões de matriz africana continuaram a receber repressões policiais, inclusive com apreensão de seus objetos de cultos e prisão de adeptos.

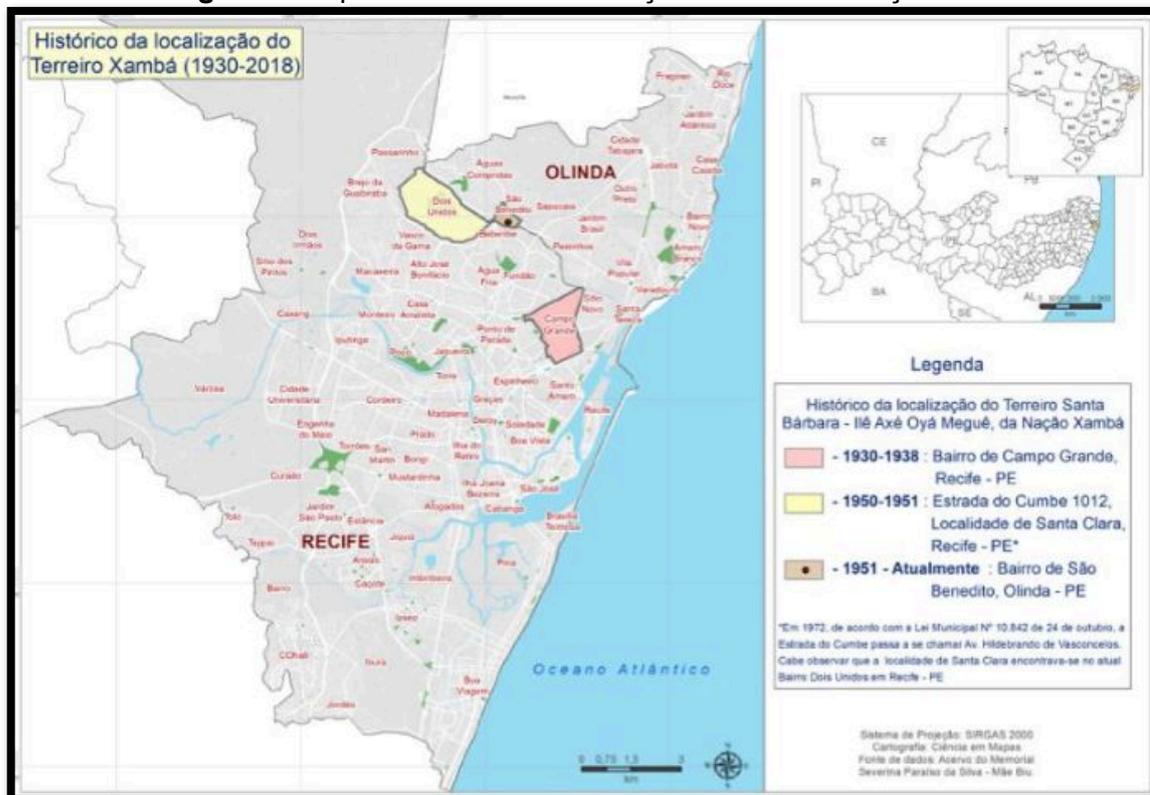
Durante um longo período, os cultos e ritos da Nação Xambá realizaram-se às escondidas, pelo medo da repressão. Nesse período, destacou-se outra filha de santo de Artur Rosendo, Severina Paraíso da Silva, a Mãe Biu.

Nem a repressão policial, fechando todas as casas de candomblés foram suficientes para acabar com o culto aos Orixás da Casa Xambá. Mãe Biu e seus seguidores continuaram a reverenciar seus deuses encantados. Se bem que de uma forma silenciosa, quase num lamento. Das atividades da Casa só as obrigações aconteciam com frequência, mas tudo muito às escondidas da polícia. Era no decorrer das cerimônias aos Orixás que os adeptos da religião cantavam baixinho aos seus deuses e dançavam sem muito alarde. As cerimônias eram realizadas pela madrugada sem o som dos instrumentos. Os participantes dançavam apenas ao som de palmas, numa prova de resistência e amor à religião. A única festa realizada durante o dia era de Bêji (Cosme e Damião), mas quando a polícia chegava ao local, Mãe Biu justificava que era o aniversário de sua filha, Maria das Dores (Cecinha). E assim o terreiro funcionou às escondidas por 12 anos. (Alves, 2007, p. 22-23).

Os cultos realizados às escondidas ocorriam na Estrada do Cumbe, localizada no Bairro de Santa Clara, no Recife. Posteriormente se deslocaram para o

Bairro de São Benedito, em Olinda, refletindo a perseverança e a busca por um espaço seguro para a expressão da espiritualidade afro-brasileira.

Imagem 7: Mapa Histórico da localização do Terreiro Nação Xambá



Fonte: Hostensky, (2018).

O mapa apresentado mostra os locais onde os cultos sob os preceitos da Nação Xambá ocorreram desde que chegaram ao Recife. Essas mudanças mostram a resistência do Terreiro para a manutenção de sua espiritualidade.

Mãe Biu se tornou a responsável pela continuidade dos cultos e rituais com os preceitos da Nação Xambá após a morte de Maria Oyá. Durante sua direção, em 1951, ocorreu a fixação do terreiro na cidade de Olinda/PE, “neste local, ela inicia o seu processo geopolítico-religioso de reagrupamento familiar e vigoramento de uma das comunidades de matriz africana, hoje, mais respeitadas em todo Brasil” (Guitinho da Xambá, 2014, p. 68).

Imagem 8: Severina Paraíso da Silvam (Mãe Biu)



Fonte: Imagem da *Internet*.

Com sua chegada em Olinda, iniciou-se a luta de reunir, no entorno do terreiro, os membros da comunidade. Assim, foi realizada uma série de ações voltadas para o reagrupamento dos membros, com o arrendamento de terrenos e construção de casebres abrigando a todos.

Com o fechamento dos terreiros nos anos de 1930 muitas casas e adeptos do culto Xambá desapareceram. Outras, ao reabrirem, adotaram ou se fundiram com o culto nagô. Assim, Mãe Biu, ao assumir o terreiro, tinha a missão de manter viva a única comunidade Xambá no Brasil. Para isso, ao chegar no Portão do Gelo, a primeira ação de Mãe Biu foi reconstruir os laços comunitários familiares de sangue e de santo, trazendo todos para o entorno do terreiro. (Guitinhoda Xambá, 2014, p. 68-69).

É com a força e a luta de Mãe Biu que hoje, não só o Terreiro, mas todo entorno, é conhecido pelas práticas e costumes tradicionais religiosas da comunidade do Povo Xambá.

Imagem 9: Terreiro Nação Xambá

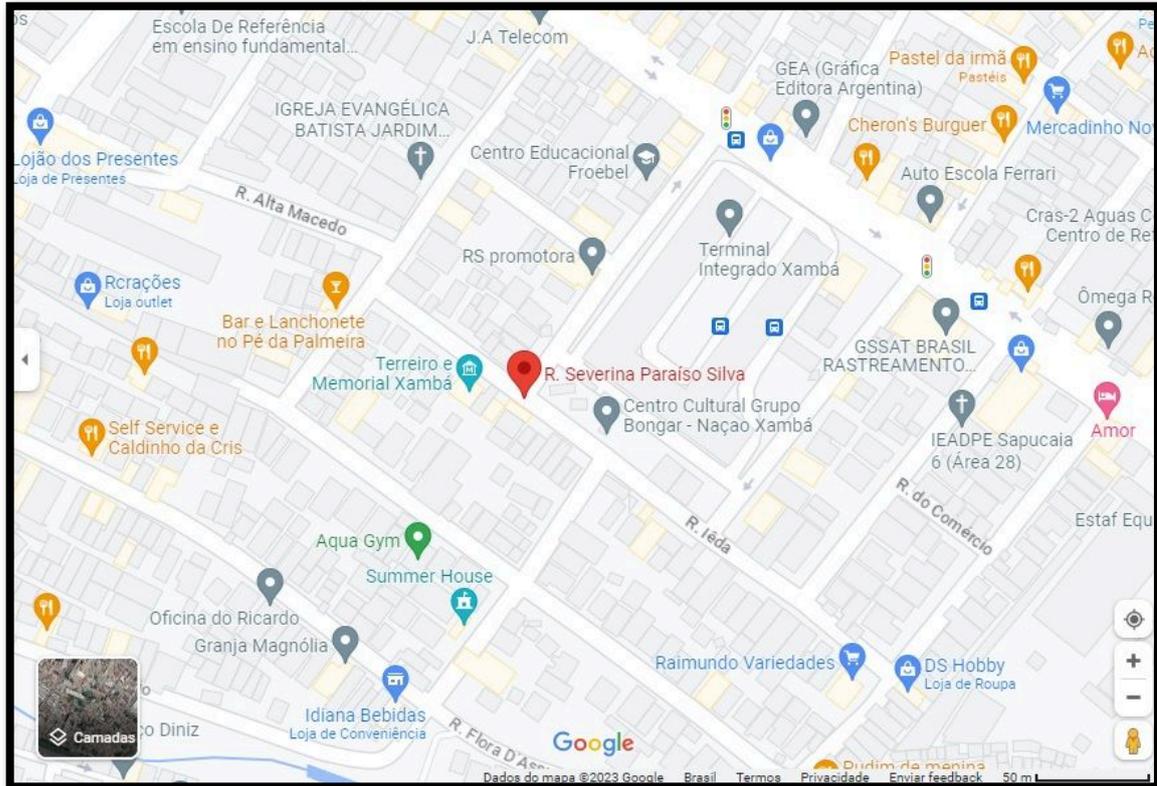
Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Durante o período em que Mãe Biu dirigiu o Terreiro da Nação Xambá, ela lutou pela preservação das tradições dos cultos e ritos do Povo Xambá, destacou-se na comunidade por sua personalidade e pela dedicação aos trabalhos desenvolvidos no Terreiro.

Foram muitos anos a frente do Terreiro Nação Xambá, período que destacou Mãe Biu como “uma das maiores referências no universo dos cultos de matrizes africanas em Pernambuco e a maior personagem do povo Xambá, com todos os elementos de uma guerreira afro-brasileira” (Guitinho da Xambá, 2014, p. 71), finalizando sua trajetória no dia 27 de janeiro de 1993, com seu falecimento aos 78 anos.

Após seu falecimento, foi solicitado, junto às instituições governamentais, a alteração do nome da rua onde está localizado o Terreiro Xambá. Desta forma, em 25 de maio de 1995, por força da Lei nº 5.000, a rua Albino Neves de Andrade passa a ser chamada Rua Severina Paraíso da Silva.

Imagem 10: Rua Severina Paraíso da Silva



Fonte: Google Maps, (2023).

Após o longo período dedicado por Mãe Biu à frente do Terreiro Nação Xambá, ela foi sucedida por Donatila Paraíso do Nascimento (Mãe Tila), também iniciada por Artur Rosendo em 1932 e Mãe-pequena do Terreiro desde 1933, ao seu lado estava o Babalorixá Adeildo Paraíso da Silva (Pai Ivo de Xambá), Filho de Mãe Biu.

A direção de Mãe Tila no Terreiro Nação Xambá foi marcada pela continuidade do trabalho desenvolvido por Mãe Biu. Última testemunha da fundação do terreiro, em 1930, Mãe Tila se tornou a maior fonte de informação sobre a história e cultura do Povo Xambá, até seu falecimento em março de 2003 (XAMBÁ, 2021).

Atualmente Pai Ivo de Xambá é o responsável pela direção do Terreiro, ao seu lado estão a Yalorixá Maria de Lourdes da Silva (Tia Loudes), Padrinho Maurício César da Silva e Madrinha Nidinha de Yemanjá. Os trabalhos desenvolvidos por Pai Ivo de Xambá são reconhecidos entre os Babalorixás de Pernambuco e o destaca como uma das principais lideranças religiosas da Comunidade Afrodescendente no estado.

Imagem 11: Adeildo Paraíso da Silva (Pai Ivo de Xambá)



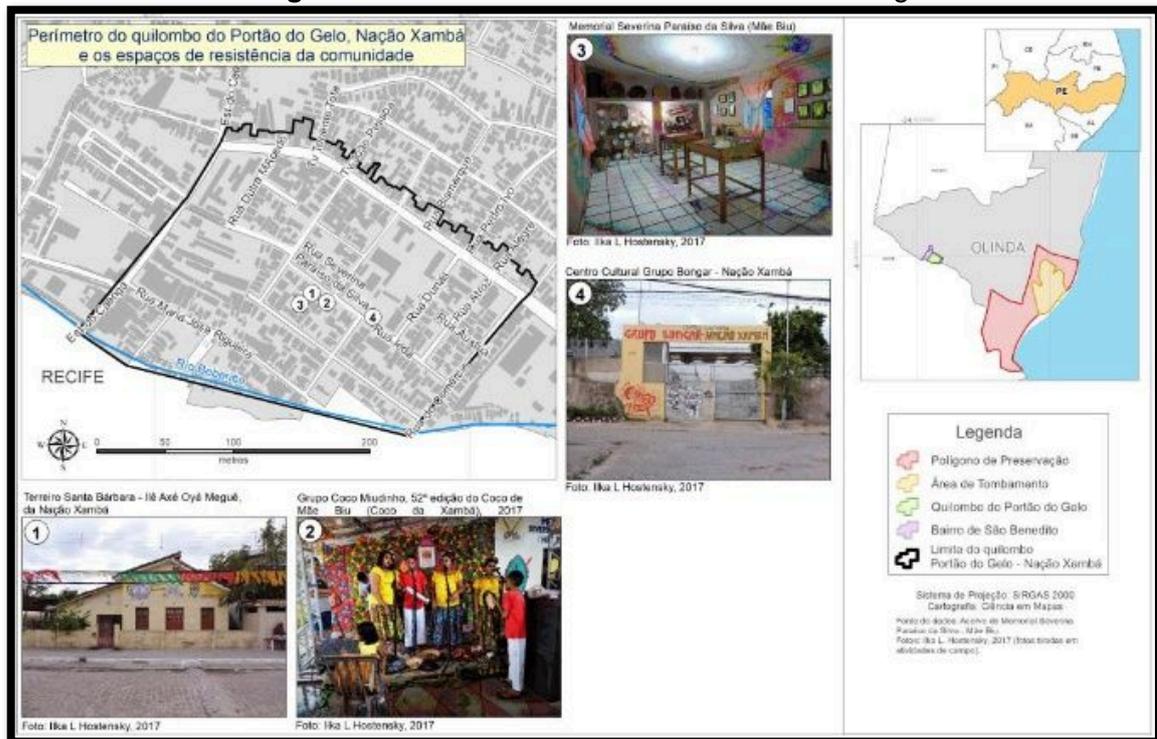
Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Numa iniciativa que visava à preservação e disseminação da história do Terreiro Nação Xambá, Pai Ivo, com a ajuda de Antônio Albino, Hildo Leal e João Monteiro reuniu o acervo histórico e documental da casa e a partir de sua organização criaram o Memorial Severina Paraíso da Silva, esse ato tornou acessível as portas do Terreiro para as universidades, as escolas, os alunos e os professores, desse modo, criou-se uma comunicação do terreiro unida com a sociedade.

Por meio do processo de abertura do Terreiro para a sociedade se observou avanços nos estudos acadêmicos que foram desenvolvidos posteriormente. Artigos publicados e dissertações desenvolvidas que contam e registram a história desse povo que resiste.

A luta por reconhecimento começou a ser vencida a partir da certificação como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, nomeando a comunidade como Quilombo Portão do Gelo em 13 de dezembro de 2006. Abaixo, podemos conferir a imagem do perímetro do quilombo do Portão do Gelo da Nação Xambá.

Imagem 12: Perímetro do Quilombo do Portão do gelo



Fonte: Hostensky, (2018)

Este certificado foi o primeiro atribuído a um Terreiro Urbano no Nordeste e o terceiro no Brasil. A certificação de Comunidade Quilombola foi concedida, conforme o Art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que considera Comunidades Quilombolas como:

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A luta contra a opressão e a busca pela preservação de sua cultura e identidades desenvolveram uma relação territorial específica, o que criou uma área geográfica de refúgio. Essa relação permitiu a criação de espaços de resistência: O terreiro Nação Xambá, Grupo de Coco Miudinho, Memorial Severina Paraíso da Silva.

Outro reconhecimento recebido pela Nação Xambá foi o de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002), que reconhece homens, mulheres e coletivos que

mantêm tradições centradas na oralidade, tecem redes de compartilhamento e aprendizado pautados na valorização dos conhecimentos técnicos e das vivências, intercâmbios e histórias que são passadas para novas gerações de acordo com os contextos específicos de suas comunidades e localidades, preservando a grande diversidade de bens culturais aos quais se vinculam.

Realizada anualmente o Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco reconhece seis novos Mestres, Mestras e Grupos como Patrimônios Vivos do Estado a cada ano. A Nação Xambá teve esse reconhecimento em dezembro de 2018, e nas palavras de Pai Ivo percebemos a importância desse reconhecimento:

Curiosamente, completamos 80 anos do fechamento dos terreiros em Pernambuco, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Esse título de Patrimônio Vivo de Pernambuco nós já perseguimos ele há dez anos, não só pela questão econômica, mas pela questão política. Num momento em que vários terreiros estão sendo invadidos por outras religiões, é uma maneira do Estado reconhecer a religião de matriz africana. Para nós, que fazemos o terreiro Xambá – e isso é extensivo para as outras nações também -, é o Estado reconhecendo o trabalho cultural e religioso do candomblé em Pernambuco (Pai Ivo de Xambá, 2018 *apud* Marcus Iglesias, 2018).

Os trabalhos desenvolvidos por Pai Ivo de Xambá, a partir de sua inserção como responsável pelo Terreiro Nação Xambá, estão voltados para a salvaguarda e disseminação dos preceitos religiosos segundo os ritos do Povo Xambá. Essa luta ganhou mais um reconhecimento em 2021, quando a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concedeu o título de *Doutor Honoris Causa* ao Pai Ivo de Xambá, isto é, o primeiro representante de religião de matriz africana a receber o título em Pernambuco.

Imagem 13: Pai Ivo de Xambá agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa*



Fonte: Paulinho Filizola, (2021).

A honraria destinada a Pai Ivo de Xambá reconhece a relevância do seu trabalho na manutenção das tradições culturais de matriz africana a partir dos rituais, a preservação do idioma Iorubá como referência da ancestralidade e acriação do Memorial Severina Paraíso da Silva (Mãe Biu), primeiro Museu Afro de Pernambuco.

Em suas palavras de agradecimento Pai Ivo de Xambá destacou a importância desse reconhecimento para o povo preto:

Nós vamos começar a contar a história de cada povo importante desse país. Eu sinto que é uma nova história do povo preto, do povo cigano, do povo de candomblé, porque nós precisamos ser reconhecidos nesse país. O negro teve dupla morte, a morte física e morte do esquecimento (Pai Ivo de Xambá, 2021).

Os resultados obtidos com a abertura da Comunidade para a sociedade se mostraram efetivos a partir dos reconhecimentos obtidos e explanados anteriormente. Para Além do Memorial Severina Paraíso da Silva, a Comunidade mantém uma biblioteca com acervo bibliográfico composto por publicações afro-brasileiras, especialmente sobre religião, história e artes e segue a buscar através dos trabalhos desenvolvidos a preservação de sua história (XAMBÁ, 2022).

4 ENTRE MEMÓRIAS E IDENTIDADES: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DOS QUILOMBOS

Neste capítulo, será explorada a compreensão relacionada aos Quilombolas, ao considerar sua organização social, histórica e política. A discussão sobre identidades e memória é fundamental para compreender a importância dos Quilombos como espaços de resistência e de preservação da cultura afro-brasileira.

A memória dessas comunidades é importante, porque permite a preservação de suas histórias e tradições, além de possibilitar a transmissão dessas informações para gerações futuras. A identidade quilombola, por sua vez, é construída a partir da valorização dessas memórias e da afirmação de uma cultura própria, com suas particularidades e especificidades.

A construção da memória e da identidade também se relaciona com a luta pela garantia de direitos e reconhecimento da existência dos quilombos como comunidades tradicionais.

Ao longo do tempo, essas comunidades foram se desenvolvendo e construindo uma identidade própria, baseada em suas tradições culturais, religiosas e políticas. A memória desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que é a partir das histórias, mitos e narrativas transmitidas de geração em geração que se construíram uma identidade coletiva.

O termo Quilombo ou Quilombola surgiu durante um dos primeiros contextos históricos do país como uma forma de resistência ao período escravista e, desde então, é associado a diversas situações históricas. Segundo Mello (2012, p. 47), esse termo foi utilizado “tanto para desqualificar e reprimir formas alternativas de gestão do espaço e da vida, quanto para inspirar e simbolizar mobilizações políticas”.

No ano de 1740, o Conselho Ultramarino português estabeleceu uma definição para o termo quilombo como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Almeida, 2002, p. 47).

No entanto, essa definição não é mais aplicável hodiernamente, pois uma comunidade quilombola é formada por um aspecto de continuidade histórico-temporal e adquiriu um novo significado, uma ressignificação (Arruti, 2006).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 suscitou discussões técnicas e acadêmicas que levaram à revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão. Essa revisão permitiu a adequação dos critérios utilizados para definir o que é um quilombo, de modo a incluir a maioria dos grupos que hoje reivindicam a titulação de suas terras.

Dentro de uma perspectiva mais abrangente, que leva em consideração as diferentes origens e histórias desses grupos a denominação utilizada é a de “Remanescentes de Quilombo”, que enfatiza a coletividade, definida pela partilha de um território e de uma identidade (Schmitt, Turatti, Carvalho. 2002).

Segundo o art. 2º do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

As comunidades remanescentes de quilombo, em sua maioria, descendem daqueles que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram contra aqueles que os consideravam propriedade. Essas comunidades se adaptaram a viver em regiões, muitas vezes, hostis, mas mantiveram suas tradições culturais mesmo em interação com outros povos e comunidades tradicionais, bem como a sociedade ao seu redor.

Os quilombolas têm uma forte relação com a memória, pois carregam consigo histórias de resistência e luta contra a opressão do sistema escravocrata. Por meio da transmissão oral de suas tradições culturais, ritos e crenças, manteve viva a memória de seus cuidadores e sua identidade como grupo étnico.

Além disso, a preservação dos territórios ocupados pelos quilombolas é também uma forma de preservar a memória da história de suas comunidades, uma vez que essas terras fazem parte da sua identidade e patrimônio cultural.

4.1 Memória e Identidade: uma relação social e cultural

Mnemósine é a deusa grega da memória. Ela é considerada a mãe das Musas responsáveis pela inspiração artística e cultural. Isso sugere que a memória está diretamente ligada à criação e à transmissão das narrativas culturais. Na mitologia grega, Mnemósine era reverenciada como a protetora da memória e da lembrança.

Assim, a memória é um elemento central na construção das relações sociais e culturais. A memória coletiva e a identidade cultural de um povo são construídas a partir das lembranças e das narrativas que são compartilhadas entre os indivíduos de uma comunidade.

A representação e a preservação da memória coletiva são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e para a transmissão das tradições e dos valores de uma sociedade para as gerações futuras.

Jacques Le Goff, historiador francês, argumenta que a memória é um processo ativo e seletivo de interpretação do passado, que é influenciado por fatores culturais, sociais e políticos, o que tem “provocado o reconhecimento de ‘realidades’ históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores” (Legoff, 1990, p. 11).

O autor supracitado define memória como a propriedade de conservar informações e remontar acontecimentos, através de um conjunto de funções psíquicas, por meio dela é possível atualizar impressões ou informações passadas. Meio pelo qual podemos evocar acontecimentos históricos e sociais (Legoff, 1990).

Para o autor “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Legoff, 1990, p. 476), dado que a memória é fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, pois permite que a cultura e a tradição sejam transmitidas de geração em geração.

Le Goff também destaca a importância da história para a compreensão do presente e do futuro, e argumenta que a história pode ser usada como uma ferramenta para a ciência, para crítica e a reflexão sobre as sociedades contemporâneas e enfatiza a importância da análise crítica da memória e da história para compreender como as narrativas históricas são construídas e usadas para moldar a identidade coletiva.

Podemos fazer uma ligação entre o pensamento de Le Goff e a obra *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs, a partir do conceito de memória coletiva. Ambos os autores destacam a importância da memória coletiva na construção da identidade e na elaboração de narrativas históricas.

Halbwachs argumenta que a memória é sempre social e coletiva, e que ela é moldada pelas relações sociais e pelas estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos. Além disso, ele argumenta que a memória individual é influenciada

pela memória coletiva, e que a memória coletiva é mantida por grupos sociais e instituições, como a família, a religião e a escola.

É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (Halbwachs, 2006, p. 67).

Percebemos que a memória coletiva é influenciada por fatores culturais, sociais e políticos, e que as narrativas históricas são construídas a partir dessa memória coletiva. O autor argumenta que é importante compreender como essas narrativas são construídas e usadas para moldar a identidade coletiva, para que possamos analisá-las criticamente e compreender melhor como as sociedades constroem suas narrativas históricas.

Em seus estudos sobre memória Michael Pollak, reafirma as características da memória (individual e coletiva), como demonstra ainda, que existe “uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, e define identidade em sua obra como:

A imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros (Pollak, 1992, p. 204).

É possível perceber que a construção da identidade é um processo complexo e animado, que envolve uma série de fatores sociais, culturais e psicológicos, influenciado por diversos fatores, como a cultura, a religião, a classe social, a orientação sexual, a etnia, entre outros. Esses fatores moldam a percepção que uma pessoa tem de si e de sua identidade.

Cuche, em sua obra *A noção de cultura nas Ciências Sociais* assevera que a identidade “é um sentimento de fazer parte”, além de permitir “que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 1999, p. 179). Desta forma, vemos que o meio onde o indivíduo está inserido orienta o desenvolvimento de uma identidade cultural e uma identidade social. Essa

orientação, para Cuche, ocorre, pois “a identidade é definida como preexistente ao indivíduo” (Cuche, 1999, p. 179).

A identidade sofreu mudanças advindas do processo de globalização, esse processo é possível, visto que as práticas culturais não são estáveis, e as tradições sofrem reorganizações onde diferentes práticas influenciam e, com isso, surge um novo significado e relevância. Deste modo, a identidade cultural é construída e transformada por meio das representações culturais dos mais diversos grupos sociais (Hall, 2015).

Ainda compreendendo a identidade em um processo em construção, Castells (1999) diz entendê-la como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(s) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 1999, p. 22). Assim, o autor afirma que a identidade é fonte de significado quando o indivíduo se identifica ou se exclui e que a construção identitária é marcada por relações de poder.

Essa orientação relatada por Cuche, a construção citada por Pollak e Castells e a transformação mencionada por Hall decorre a medida que há o compartilhamento das vivências e dos costumes do grupo em que o indivíduo está inserido, “não por sua dimensão simbólica no contexto da tradição, mas pelo status, tornando, assim, uma autoafirmação perante a sociedade” (Almeida *et al.* 2019). A autoafirmação, mencionada pela autora supracitada, é reconhecida como um sentimento de pertencimento, ou seja, o meio de se sentir inserido em um grupo social.

A construção da identidade não é um processo individual, mas sim coletivo. Ela sucede por meio da interação com outras pessoas, com a negociação direta e indireta de significados e valores. A pessoa precisa ser aceita e reconhecida pelos outros para que possa construir uma identidade sólida e coerente.

Para Carlos Xavier de Azevedo Netto existe um mediador fundamental entre a memória e a identidade: os documentos. O autor argumenta que os documentos são materiais que permitem a preservação e transmissão da memória ao longo do tempo.

A relação entre memória e identidade está mediada pelo documento em seus mais variados suportes, desde os mais tradicionais, até os objetos que compõem a cultura material, já que são elementos que

trazem consigo a historicidade necessária para o reconhecimento desses constructos (Azevedo Netto, 2007, p. 7)

Através da análise de documentos históricos é possível compreender como as memórias individuais e coletivas são construídas e preservadas e como elas são usadas para moldar a identidade de grupos sociais. Além disso, a análise crítica dos documentos permite atribuir voz a grupos historicamente marginalizados e excluídos, que, muitas vezes, não aparecem nas narrativas oficiais.

Todos os autores citados até aqui observam uma relação de importância da memória na construção da identidade pessoal e coletiva, na relação entre passado e presente e na formação da consciência crítica.

Porém, esses autores visualizam a memória por diferentes abordagens. Enquanto Halbwachs enfatiza o papel da Memória coletiva na construção da realidade social e na reprodução das estruturas sociais, Le Goff discute a importância da crítica da memória para compreender como as narrativas históricas são construídas e usadas para moldar a identidade coletiva. Azevedo Netto, por sua vez, enfatiza a importância dos documentos como fontes de memória e destaca a mediação dos documentos na relação entre memória e identidade.

Em suma, destacar as diferenças entre as abordagens dos autores em relação à memória é importante, porque nos permite entender a complexidade e a pluralidade de perspectivas em torno desse tema. Cada autor aborda a memória a partir de um enfoque específico e uma análise particular e consideram diferentes aspectos da relação entre memória e identidade.

Ao compreender essas diferenças, podemos ampliar nossa visão sobre a memória, entendendo-a não como uma questão unívoca, mas sim como um fenômeno multifacetado e diverso.

4.2 Memória e Cultura: preservando tradições e perpetuando identidades

A memória é um componente central da cultura, já que é através dela que os valores, tradições, rituais e práticas culturais são transmitidos e assimilados ao longo do tempo. Ela é o principal veículo para a preservação e transmissão da cultura.

São as lembranças compartilhadas entre os membros de uma sociedade que constroem a identidade cultural e histórica de um grupo. Por isso, a preservação da memória é fundamental para a manutenção e valorização da cultura.

Para Bosi (1993), A palavra “cultura” deriva do latim “*colere*”, que significa cultivar e passou a ser usado na Europa durante o Iluminismo para se referir ao conjunto de valores, ideias, conhecimentos e costumes das sociedades humanas, em oposição à natureza ou à selvageria. Com o passar do tempo, a concepção de cultura evoluiu e se tornou cada vez mais complexa, engloba não apenas as artes e as ciências, mas também as formas de vida, as identidades e as relações sociais dos grupos humanos.

O Século XVIII é considerado o período de formação do sentido moderno do termo cultura. Foi nessa época que surgiu uma concepção mais ampla e complexa, que passou a ser vista como um conjunto de valores, crenças, costumes, artes e conhecimentos compartilhados por uma sociedade (Cuche, 1999).

Nesse período, ocorreram importantes transformações na Europa, como o Iluminismo e a Revolução Industrial, que levaram a uma mudança no pensamento e na forma de vida das pessoas. A cultura passou a ser vista como uma forma de promover o progresso e o desenvolvimento humano, desse modo, surgiram diversas disciplinas que a estudavam como: a antropologia, a sociologia e a história da arte.

Até o Século XVIII, a evolução do conteúdo semântico da palavra se deve principalmente ao movimento natural da língua e não ao movimento das ideias, que procede, por um lado, pela metonímia (da cultura como estado à cultura como ação), por outro lado pela metáfora (da cultura da terra à cultura do espírito), imitando nisso seu modelo latino *cultura*, consagrado pelo latim clássico no sentido figurado (Cuche, 1999).

Essa mudança se deu devido ao movimento natural da língua, ou seja, às mudanças que ocorrem na linguagem devido ao uso e ao contexto histórico, motivadas principalmente pela forma como as pessoas usavam e entendiam a palavra em seu cotidiano e essa evolução foi influenciada por processos linguísticos e por modelos culturais anteriores, como o modelo latino.

De acordo com Denys Cuche, em sua obra *A noção de cultura nas ciências sociais*, ele argumenta que a cultura é o que diferencia o ser humano dos outros seres vivos e que a capacidade de produzir e transmitir cultura são características fundamentais da espécie humana. O mesmo autor defende que a cultura é um conjunto de valores, crenças, tradições, conhecimentos e práticas que os seres humanos criaram e desenvolveram na sociedade. Ele acredita que a cultura é uma

construção social e que é por meio dela que os seres humanos desenvolvem a sua identidade e se relacionam com o mundo.

Assim, o autor afirma que o ser humano “é essencialmente um ser de cultura” (Cuche, 1999, p. 9), pois ela nos permite criar e transformar o mundo ao nosso redor e é graças a ela que nos comunicamos e nos relacionamos com os outros indivíduos da sociedade.

Para além da percepção de Cuche sobre cultura, trazemos uma percepção sobre a temática abordada, desta vez, por Clifford Geertz que leva em consideração a semiótica, apresenta a cultura como um sistema simbólico que é construído e interpretado pelos indivíduos e que se constitui em:

um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas de forma simbólica por meio do qual os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida (Geertz, 1978, p. 66).

O autor defende que a cultura é um conjunto de significados compartilhados pelos membros de uma sociedade, que são transmitidos de geração em geração e que permitem, aos indivíduos, interpretar e dar sentido às suas experiências. Essa interpretação da cultura é um processo complexo e subjetivo, que envolve a compreensão dos símbolos e significados que são usados pelos membros de uma sociedade.

Na Ciência da Informação, a cultura é um objeto de estudo relevante, uma vez que a informação é um elemento fundamental na construção e transmissão da cultura. Assim, observamos que a memória e a cultura estão intimamente relacionadas, dado que a cultura é transmitida e preservada por meio da memória coletiva de uma sociedade.

A memória pode ser entendida como um processo de construção e reconstrução constante das experiências e das informações que as pessoas vivenciam.

Neste sentido, a informação é vista como um objeto técnico que é elaborado e gerenciado por intervenção de processos e tecnologias específicas. Esse aspecto técnico da informação é cada vez mais importante em um mundo em que a informação é produzida, compartilhada e consumida em larga escala, por meio de diferentes dispositivos e plataformas.

A informação, desde a sua elaboração como objeto científico, possui um componente técnico, que mais tarde irá cada vez mais se aproximar da noção de cultura como bem simbólico, integrado ao fluxo de trocas da sociedade. É este o momento de aproximação entre cultura e informação (Marteletto, 1994).

A aproximação entre cultura e informação é vista como um movimento de reconhecimento da importância da dimensão cultural da informação, bem como o papel da informação na construção e preservação da cultura.

Com isso, concluímos que a relação entre memória e cultura está ligada à compreensão dos processos de produção e à transmissão da informação cultural, bem como à importância da preservação da memória coletiva para a construção e manutenção da identidade cultural.

4.3 Memória e informação: a institucionalização do patrimônio

A memória e a informação estão intimamente relacionadas. A memória é a capacidade do ser humano de lembrar informações, enquanto a informação é o conteúdo armazenado e evocado pela memória

Quando falamos de memória estamos nos referindo diretamente a fatos ocorridos no passado, ela é inseparável da percepção ou experiência de tempo e é vista como algo que ecoa. Esse eco é o ato de trazer a memória, lembrar, recordar acontecimentos, é trazer à mente, no presente, a imagem de uma vivência passada, mas também uma reconstrução de experiências vividas por um grupo (Chauí, 2000, p. 126).

Há a capacidade de apreender fatos e experiências passadas e a possibilidade de retransmiti-la, a memória faz uso de diferentes registros em sua disseminação: sonoros, imagéticos e textuais. É nesta transmissão que a memória estabelece sua relação com a informação ao considerar as informações registradas elemento de alta relevância para a memória social. Os registros informacionais são fontes que possibilitam o (re)conhecimento e a (re)construção da memória e formação da identidade, que exige, assim, sua organização, preservação e disseminação (Oliveira; Rodrigues, 2009).

Essa relação memória e informação é vista como um meio de compartilhamento de passados que são constantemente construídos e reinterpretados (Azevedo Netto, 2007). O autor exemplifica essa conexão através da “multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de

representação”. Esses suportes são importantes “por seu valor memorialístico, histórico e patrimonial” e “enquanto fontes de informação, eles devem ter sua preservação garantida” (Almeida *et al.* 2019).

Pensar em questões relacionadas à memória é, quase sempre, pensar em um local de guarda de documentos por meio dos quais seja possível fazer uma reconstrução da história humana. Essa reconstrução faz-se através de associações de fatos ocorridos. É uma forma de rever o passado no momento presente (Carli, 2013, p. 183).

Os locais de guarda a que a autora supracitada se refere são os lugares de memória (bibliotecas, museus e arquivos) que têm a missão de coletar, organizar, armazenar, recuperar e disseminar os documentos que estão em sua guarda. Os lugares de memória são espaços educativos que permitem preservar o passado, construir a memória e fortalecer identidades, práticas sociais e culturais.

Esses espaços podem ser monumentos, edifícios, museus, praças, ruas, parques, cemitérios, entre outros, que possuem um significado coletivo e histórico para a sociedade em que estão inseridos. Eles se tornam referências importantes para a construção da identidade cultural e memória de um povo, ajudando a transmitir tradições, valores e experiências ao longo do tempo.

Pierre Nora em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, nos mostra sua perspectiva sobre os lugares de memória e diz que eles se estruturam a partir de três elementos: material, simbólico e funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 21-22).

O autor enfatiza a importância da imaginação e do simbolismo na construção dos lugares de memória, não são apenas um espaço físico que armazena informações, mas sim um lugar que possui uma carga testemunhada e que é investido de significado.

Os lugares de memória são instituídos como uma tentativa de salvaguardar as memórias dos grupos sociais, para evitar o risco de desaparecimento. Fixar a

memória em instituições gera o sentimento de continuidade de suas tradições. Estes lugares são instituídos em

espaços físicos e/ou simbólicos que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade de nossas memórias reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Em função disso, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo (Silveira, 2012).

Ou seja, devido a limitação da memória humana, é necessário criar espaços físicos e/ou simbólicos que possam armazenar informações importantes e significativas para a sociedade.

Os lugares de memória são necessários, pois existe “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida” (Nora, 1993, p.7), por isso, institucionalizar a memória contribui para a preservação da história e tradições.

A institucionalização das memórias gera um sentimento afetivo em que as lembranças podem ser acessadas e as identidades são (re)construídas, dessa forma, é possível revisitar o passado.

Assim, a informação e a memória são intrinsecamente úteis na construção da história e da cultura de uma sociedade. A preservação e a transmissão da informação através dos lugares de memória garantem a continuidade e a preservação da história e da cultura de um povo, desse jeito, permite que as experiências e as ações vivenciadas pelas pessoas sejam transmitidas de geração em geração.

4.4 A preservação da memória através do patrimônio cultural

A memória é fundamental para a construção da identidade de uma sociedade. É por meio da lembrança e da transmissão de experiências, de tradições e de valores que as pessoas se conectam com o passado de sua comunidade e constroem sua visão de mundo.

No entanto, a memória pode ser frágil e sujeita a perdas ao longo do tempo. É então que se abarca o patrimônio cultural, como um conjunto de elementos materiais e imateriais que representam a história e a cultura de uma sociedade viva e

acessível às gerações futuras, que garante a continuidade e a preservação da identidade cultural de um povo.

Patrimônio é uma palavra derivada do latim *patere* que significa paternidade, herança paterna ou bens de família. Essa tradução constrói sentido de pertencimento, mas ao ser usado em associação com a cultura, ou seja, patrimônio cultural “o vocábulo é transportado a outro campo e se refere a um conjunto específico de ações institucionais que se aplicam a elementos considerados acervo da sociedade” (Zanirato, 2018).

O patrimônio cultural está diretamente vinculado à memória e a identidade “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como lócus privilegiado em que as memórias e as identidades adquirem materialidade” (Pelegri. 2007). Por isso, existe a necessidade de ações patrimonialistas dos bens culturais materiais e imateriais com o intuito de preservar o passado para que ele não seja esquecido.

O patrimônio cultural é um conjunto de elementos que representam a história, a cultura e a identidade de uma sociedade. Esses itens podem ser materiais, como monumentos, edifícios, objetos, obras de arte, documentos e outros registros tangíveis, ou imateriais, como tradições, saberes, expressões culturais, práticas sociais, rituais e celebrações.

O patrimônio cultural é transmitido de geração em geração e está presente em diversos aspectos da vida cotidiana, como na arquitetura, na culinária, na música, nas festas populares, nas lendas e nos contos. Além de sua importância histórica e cultural, o patrimônio também pode ter valor simbólico, social e econômico para uma sociedade, como no caso do turismo cultural.

A preservação do patrimônio cultural é fundamental para garantir a continuidade e a preservação da identidade cultural de um povo, bem como para promover a educação, o diálogo intercultural e o desenvolvimento sustentável. Por isso, a proteção e a preservação do patrimônio cultural são de responsabilidades compartilhadas entre governos, sociedade civil, comunidades locais e outros atores envolvidos na gestão e na promoção da cultura.

A Constituição Federal de 1988 define patrimônio cultural como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as

obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 2016, p.126).

Esta definição mostra, especificamente, como o patrimônio cultural é diverso e que vinculado às noções de lembrança e de memória são fundamentais para o fortalecimento da identidade, pois é “o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente” (Bezerra, 2012). Contudo, não apenas devemos preservar o patrimônio, temos que garantir e propor práticas patrimoniais, pois “o uso viabiliza não só o conhecimento, formação, interação, mas, sobretudo, a noção de pertencimento e identificação” (Oliveira, 2013. p. 49).

Neste mesmo sentido, Azevedo Netto (2008) afirma que a preservação do patrimônio é efetivada ao promover “ações que façam com que a comunidade se aproprie desses bens como maços de sua memória e identidade”.

A apropriação do patrimônio cultural envolve o processo de compreender e elevar a herança cultural de uma sociedade, e isso ocorre de algumas formas, como: conhecer e estudar a história e a cultura local, participar de atividades culturais, contribuir para a preservação do patrimônio e divulgar o patrimônio cultural.

Através do conhecimento e compreensão da história e cultura local, bem como da participação em atividades culturais e ações de preservação, é possível garantir a continuidade desses elementos tão importantes para a construção da identidade coletiva. Além disso, a divulgação e compartilhamento do patrimônio cultural contribuem para o fortalecimento da cultura local e para a promoção do turismo cultural, que gera desenvolvimento econômico e social.

Portanto, é fundamental que cada indivíduo se aproprie e valorize o patrimônio cultural da sua região, para que ele possa ser transmitido às futuras gerações e continuar a ser parte da identidade coletiva.

5 OS LUGARES DE MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TEREIRO NAÇÃO XAMBÁ

A Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá instituiu os lugares de memória como meio de preservação e disseminação de conhecimentos e tradições de sua comunidade. A Biblioteca e o Museu que são mantidos pelo Terreiro são parte dos trabalhos desenvolvidos com o objetivo de contribuir com o fim de preconceitos sofridos por pessoas pretas e praticantes de religiões de matriz africana.

5.1 Biblioteca

As bibliotecas têm uma história com a sociedade, na antiguidade eram tidas como locais para depósito de livros sem a preocupação de preservá-los ou disseminá-los, possuíam distinções entre si na forma do suporte que seu acervo era armazenado, em síntese: bibliotecas minerais utilizavam como suporte tabletes de argila, as bibliotecas vegetais e animais utilizavam rolos de papiro e pergaminho (Santos, 2012).

A tecnologia da impressão, criada por Gutenberg no Século XV, trouxe uma evolução no processo de armazenamento e disseminação da informação, tornando as bibliotecas maiores e aumentando sua importância, no entanto as bibliotecas, mesmo se modernizando, eram lugares frequentados apenas pela burguesia da sociedade (Burke, 2012).

A maioria das bibliotecas estavam centradas em grandes cidades, o que dificultava o acesso da maior parte da população

A predominância de certas cidades europeias é confirmada quando examinamos a geografia das principais bibliotecas. É preciso admitir que a correlação não é perfeita: a Biblioteca Bodleian em Oxford, por exemplo, era uma grande biblioteca numa pequena cidade universitária, ao passo que a Escorial estava longe de qualquer cidade[...]. Na Itália e na França, ao contrário, as melhores bibliotecas se encontravam nas maiores cidades (Burke, 2012, p. 37).

A mudança se concretizou após a abertura de bibliotecas públicas. No Brasil, esse processo foi iniciado com a inauguração da Biblioteca do Colégio dos Jesuítas, porém a infraestrutura era precária, o que provocou a baixa procura pelo público usuário (Freitas; Silva, 2014).

As bibliotecas são de suma importância para o desenvolvimento cultural de um país por fomentar o hábito da leitura e o desenvolvimento crítico da população (Freitas; Silva, 2014), por serem “centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e ideias, além de serem lugares de leitura” (Burke, 2012, p. 60).

Para Nora (1993), a biblioteca é um “lugar de memória”, criada a partir da aceleração da história e da quebra de vínculos com a tradição, os costumes e a ancestralidade, com uma produção rápida e em larga escala.

Para o autor os lugares de memória são criados socialmente como meio de preservar a memória de um grupo ou sociedade e

nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar comemorações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 13).

Desta forma, as informações registradas (livros, documentos, entre outros) são meios de preservar a memória e como “a memória se pendura em lugares” as bibliotecas surgem para consolidá-la e permitir que determinado grupo social não tenha ameaçada suas lembranças, isso garante que suas histórias, tradições e valores sejam experiências vivas e transmitidas às gerações futuras.

Os livros armazenados em bibliotecas são produtos de memórias que possibilitam ao indivíduo o conhecimento sobre práticas e saberes passados. Por isso, os trabalhos desenvolvidos para disseminação da informação em bibliotecas devem ser democráticos alcançando todas as camadas sociais, para gerar interesse de acesso e uso da sociedade. “Não importa o quanto de informação está disponível ao alcance de um indivíduo ou de uma sociedade – se ela não é usada, torna-se inútil” (Saracevic; Wood, 1981, p. 12).

A biblioteca é uma instituição cujo propósito é reunir e preservar o conhecimento registrado e as tradições, que são valiosas tanto em termos materiais quanto imateriais para a sociedade, possuem uma função social que visa preservar, organizar e disseminar o conhecimento.

[...] enquanto lugares de memória as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, tentam dar sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da “identidade” individual ou coletiva humana (Silveira, 2012, p. 69).

Neste sentido, a Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, após reunir um acervo bibliográfico com materiais que abordam a temática afro-brasileira, com assuntos sobre cultura, religião, história e artes, se empenhou em construir uma biblioteca para que todo esse material ficasse disponível para pesquisas feitas pela comunidade religiosa e estudiosos em geral.

A criação da biblioteca objetivou preservar e compartilhar o conhecimento sobre áreas distintas, neste local privilegiado do saber, o povo negro é protagonista. Esta abertura possibilitou o desenvolvimento de pesquisas sobre a Nação Xambá, diversos trabalhos já foram desenvolvidos (Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC's) e dissertações, por exemplo). Todos esses estudos, quando concluídos, são depositados na biblioteca para que futuros pesquisadores possam ter acesso ao material.

Considera-se as bibliotecas, tradicionalmente, como lugares de memória, por ser uma instituição que guarda e preserva os registros escritos da história e cultura de uma sociedade. Observamos que os museus também são lugares de memória, pois eles preservam e exibem uma variedade de objetos históricos e culturais que ajudam a contar as histórias.

Tanto as bibliotecas quanto os museus compartilham a função de preservar o patrimônio cultural e oferecem oportunidades para o aprendizado, educação e descoberta. Ambos os espaços são essenciais para manter viva a história e a cultura para as gerações presentes e futuras.

5.2 Memorial Severina Paraíso da Silva

A palavra “Museu” deriva do grego antigo *Museion*, que era um local dedicado às musas, às divindades gregas da arte, ciência e literatura. O *Museiom* originalmente era um local onde os estudiosos se reuniam para discutir e realizar pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, que incluíam: filosofia, matemática, astronomia e literatura (Carlan, 2008). Com o tempo, o termo passou a ser usado em todo o mundo para se referir a locais que preservam e exibem objetos de valor histórico, artístico e cultural.

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado

de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder (Chagas, 1996, p. 19).

Na Europa Medieval, os museus não existiam como conhecemos hodiernamente. Naquela época, a maioria dos objetos de valor histórico, artístico e cultural era mantida em igrejas, mosteiros e palácios. Esses objetos incluíam relíquias religiosas, manuscritos, tapeçarias, esculturas, joias e outros itens que eram considerados importantes para a história e cultura da região (Santos, 2002).

Os objetos de valor eram exibidos ao público durante festivais religiosos ou em ocasiões especiais, como visitas de autoridades políticas ou nobres. No entanto, essas exposições eram temporárias e não havia um local permanente para abrigar esses objetos. A partir do Séc. XIV, os príncipes começaram a organizar suas próprias coleções, compostas principalmente por documentos textuais e objetos relacionados à produção de novos conhecimentos. Contudo, ainda era restrito o acesso público a essas coleções (Fontanelli, 2005).

Com o Renascimento, houve um interesse renovado nas artes, ciências e história da antiguidade clássica, e isso levou a um aumento da coleção e exibição de objetos de valor histórico e cultural. As cortes reais e nobres da Europa começaram a construir salas de exposição para mostrar suas coleções, e as primeiras galerias públicas de arte foram fundadas (Fontanelli, 2005).

Todo o patrimônio acumulado pelos príncipes tornou-se público, e esses testemunhos históricos preservados serviam para legitimar o valor da cidadania. A preocupação com a forma de organizar e expor os objetos estava sempre presente nos trabalhos do museu, que buscava valorizar o caráter informativo representado por cada documento de seu acervo. Os historiadores passaram a utilizar esses objetos como fonte para suas pesquisas (Fontanelli, 2005, p. 66).

No entanto, o conceito moderno de museus como instituições públicas que preservam e exibem objetos de valor histórico e cultural, para fins educacionais e de pesquisa, só surgiu no final do Séc. XVIII. Desde então, o papel e a importância dos museus na preservação e difusão da história e cultura se expandiu e se tornou cada vez mais significativo.

Na atualidade, o museu passou a “selecionar e ordenar objetos de períodos históricos e civilizações distintas de forma a indicar os estágios sucessivos por que passavam os indivíduos” (Santos, 2002, p. 120), desempenha um papel importante

na sociedade e atua em três campos básicos: na investigação, na preservação e na comunicação (Chagas, 1996). São definidos como:

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação da comunidade, proporcionam experiências diversas para a educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2023).

Esta definição foi criada em um processo colaborativo que levou quase 2 anos e contou com a participação de milhares de profissionais pelo mundo, inclusive o Brasil, que também teve um representante como co-coordenador, o museólogo Bruno Burlon.

Percebemos então que os museus são espaços convidativos, são uma ponte cultural e um lugar de construção de conhecimento.

Conhecimento é um patrimônio individual e social, pois todo conhecimento é construído individual e socialmente e reverte para a sociedade. Ou seja, ninguém constrói conhecimento sozinho e o conhecimento construído vai ressoar, em maior ou menor grau, na sociedade. Os museus, portanto, têm dimensão pública e privada. Daí a sua função de salvaguardar e expor. Por isso, museus são pontes para se ensinar/aprender arte, ciência e humanidade. (Pimentel, 2005, s/n).

Os museus desempenham um papel importante como lugares de memória, pois são espaços onde as memórias individuais e coletivas são preservadas e compartilhadas. Eles são importantes para a construção e manutenção da identidade cultural, bem como para o fortalecimento da memória coletiva e da consciência histórica.

A partir do conceito estabelecido pelo ICOM e o processo que um museu passa para sua criação e manutenção (aquisição, conservação, transmissão e exposição desse acervo), percebemos que a abertura de um museu pela Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá está convergente com as práticas museológicas.

O museu é dedicado à preservação e exibição de artefatos, objetos e documentos, relacionados à cultura e à história da Nação Xambá. O acervo inclui peças como artesanato, instrumentos musicais, indumentárias, fotografias e outros itens de valor histórico e cultural.

uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada (Desvallées; Mairesse, 2013).

Inaugurado em 2002, o museu é mantido pelo Terreiro e objetiva preservar e promover a cultura e a identidade da Comunidade Xambá. O nome do museu é uma homenagem a Severina Paraíso da Silva, uma das principais lideranças da Comunidade Xambá, que foi fundamental para a preservação e transmissão das tradições e conhecimentos ancestrais da Nação Xambá.

Imagem 14: Memorial Severina Paraíso da Silva



Fonte: Paulinho Filizola, (2020).

No centro da exposição permanente está a figura de Severina Paraíso da Silva (Mãe Biu), segunda Yalorixá do Terreiro e líder por mais de 50 anos. Mas também existem expostos objetos com valor litúrgicos como o *Xerê de Xangô* (Chocalho que imita som da chuva, usado no culto a Xangô), canequinhos de colocar azeite durante as obrigações, os búzios, a navalha e toalhas para enxugar o suor durante os toques.

Imagem 15: Vestes e Altar de Mãe Biu expostos



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Esses objetos são considerados parte do patrimônio religioso da comunidade e têm grande valor simbólico e emocional para os seus fiéis. Expô-los contribui para a sua preservação e permite que um público mais amplo possa apreciá-los e conhecer a história e a cultura que eles representam.

Os museus que contam a história do povo de terreiro têm uma grande importância na preservação e valorização da cultura afro-brasileira e na luta contra o racismo e a discriminação religiosa. Esses museus são espaços que visam registrar e difundir a história, a cultura e as tradições das comunidades afrodescendentes que têm uma forte conexão com as religiões de matriz africana, por exemplo, o candomblé e a umbanda.

A história e a cultura dessas comunidades foram por muito tempo marginalizadas e estigmatizadas pela sociedade brasileira, foram, muitas vezes, alvo de perseguição e discriminação. Os museus que contam a história do povo de terreiro têm, portanto, um papel importante na desconstrução desses estereótipos e na promoção do respeito e da valorização da diversidade cultural brasileira.

Esses museus também possuem um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural dessas comunidades, que, muitas vezes, foram alvo de destruição e descaso ao longo da história. Eles ajudam registrar a história e as

tradições dessas comunidades, permitindo que as gerações futuras possam conhecer e se orgulhar de sua herança cultural.

Além disso, os museus que contam a história do povo de terreiro podem ser espaços de encontro e de fortalecimento da identidade e da união dessas comunidades, que, frequentemente, são excluídas e discriminadas na sociedade em geral. Eles são, portanto, importantes instrumentos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

6 RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE ADVERSIDADE: RACISMO E PANDEMIA DA COVID-19

O Brasil é um país que apresenta uma diversidade religiosa bastante ampla, que inclui várias religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Contudo, as comunidades religiosas afro-brasileiras têm enfrentado inúmeras dificuldades e desafios, em especial no contexto da pandemia da Covid-19.

Entre os problemas enfrentados pelas comunidades de terreiro, destacam-se a falta de acesso a serviços de saúde adequados, o preconceito e a discriminação, além das restrições impostas pelas autoridades públicas em relação à realização de cerimônias religiosas e culturais.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o racismo estrutural é uma das principais causas das dificuldades enfrentadas pelas comunidades de terreiro, uma vez que a discriminação racial afeta diretamente a vida dessas pessoas em diferentes aspectos, como a educação, o trabalho e a saúde.

Diante desse cenário, as comunidades de terreiro têm se organizado para enfrentar a crise provocada pela pandemia, buscando formas de preservar suas tradições culturais e religiosas, além de denunciar o preconceito e a discriminação que sofrem diariamente.

6.1 A pandemia da Covid-19 e os terreiros de matriz africana

As religiões de matriz africana desempenham um papel fundamental na cultura e na história do Brasil. Essas tradições religiosas têm suas raízes na história da diáspora africana, que trouxe milhões de africanos escravizados para as Américas, e representam uma forma de resistência e de preservação da identidade e da cultura desses povos.

A diáspora é o deslocamento forçado de “pessoas que foram retiradas da África e trazidas para o que se convencionou chamar de Novo Mundo” (Ferreira, 2021, p. 48). Nesse processo, os povos trazidos ao Brasil contribuíram na formação cultural de nosso país, percebe-se isso na sociedade atual.

No Brasil, os africanos reuniam-se nos terreiros para colocar em prática suas tradições religiosas e, até o século XXI, esses espaços sagrados abrigam as práticas religiosas das diversas nações de matriz africana. O terreiro para

Nascimento e Tozi (2021, p. 189) é “em verdade, a expressão de um modo de vida organizacional permeado a todo tempo pelos valores que compõem a noção de gestão social”. Esses locais são importantes centros de sociabilidade, onde os fiéis se reúnem para cultuar seus orixás, entidades e ancestrais, além de compartilhar suas histórias, conhecimentos e saberes.

No entanto, em 2020, os encontros da comunidade no terreiro não foram possíveis, devido às restrições advindas da pandemia de Covid-19, que chegou ao Brasil em menos de 3 meses após se manifestar na China.

A pandemia de Covid-19 é um evento de saúde global que começou no final de 2019 na cidade de Wuhan, na China. A doença é causada pelo vírus SARS-CoV-2, que se espalha facilmente de pessoa para pessoa, por meio de gotículas respiratórias quando uma pessoa infectada fala, tosse ou respira (Moreira; Pinheiro, 2020). Em pouco tempo, a doença se espalhou para outras partes do mundo, tornou-se um evento catastrófico que afetou milhões de pessoas em todos os continentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia em março de 2020 (Moreira; Pinheiro, 2020).

Durante o período de maior fragilidade da humanidade diante da Covid-19, foram impostas medidas de distanciamento para amenizar a transmissão do vírus. Nesse momento, todas as religiões tiveram seus cultos presenciais interrompidos.

As religiões de matriz afro-brasileira não têm um centro de comando unificado, mas, por notícias vindas de vários lugares, os terreiros têm aderido ao isolamento social. A Federação Espírita Brasileira orientou os centros espíritas a seguirem as diretrizes dos órgãos de saúde, e salientou que as atividades continuam, embora virtualmente. Sinagogas judaicas e mesquitas islâmicas, igualmente, orientam suas respectivas comunidades a manter o isolamento sanitário. Lideranças políticas em Israel e na Palestina iniciaram um acordo para a suspensão temporária de conflitos históricos. Vale morrer pela guerra política-religiosa, mas não por um vírus recém-nascido. A posição da Igreja Católica foi dada pelo Papa Francisco. A recomendação é para ficar em casa, enquanto os templos ficam abertos para orações sem aglomeração. (Almeida; Guerreiro, 2020, s/p).

A pandemia teve um grande impacto nas religiões no Brasil, afetando diretamente suas celebrações, impondo limitações em suas práticas. Inicialmente muitos deles fecharam as portas para evitar a disseminação do vírus entre os frequentadores.

O contexto pandêmico criou, para as religiões, de um modo geral, as limitações que são postas para as práticas sociais presenciais e compartilhadas. Igrejas católicas, templos evangélicos e terreiros de candomblé, em princípio, tiveram limitações semelhantes no primeiro momento, qual seja, a impossibilidade de práticas públicas que favorecessem aglomerações sociais (Nascimento; Tozi, 2021, p. 190).

Ao analisar de forma mais detalhada, é possível notar que os impactos da pandemia afetaram de maneira mais severa e com características mais dramáticas as comunidades tradicionais de terreiro.

As práticas religiosas dos terreiros são baseadas no contato direto e próximo entre os membros da comunidade, onde o espaço é mais que um local de adoração. De fato, é um lugar em que as pessoas convivem em comunidade.

Nesse sentido, ao se ver interrompido o convívio entre pares, se interrompe também a experiência de se conviver com os Orixás [...] e ancestrais que se materializam e que convivem por entre as pessoas na coletividade dos terreiros. [...] O isolamento social privou os religiosos de matriz africana do compartilhamento dos espaços de terreiro, algo que precisou ser mediado por outras estratégias[...] (Nascimento; Tozi, 2021, p. 190).

Os terreiros enfrentaram grandes desafios durante a pandemia, uma vez que suas práticas envolvem contato próximo entre os integrantes do grupo. No entanto, muitos terreiros adotaram medidas para se adaptar e continuar suas atividades de forma segura.

Uma das medidas mais comuns foi a suspensão das atividades presenciais, implicando “em uma reconfiguração das atividades religiosas [...] por meio do movimento da virtualização” (Campos; Silva Neto, 2021, p. 145), coma realização de cultos e cerimônias *online*, por meio de plataformas virtuais.

Nesse sentido, há a compreensão da internet como “artefato cultural” que é produzida por sujeitos com suas particularidades e que é apropriada e usada de diversas formas por esses atores sociais. Complementando esse entendimento da internet como “artefato cultural”, há também a perspectiva que considera a tecnologia midiática como geradora de práticas sociais (Campos; Silva Neto, 2021, p. 145).

Levando em conta que a *internet* é um local em que as sociabilidades são produzidas “o espaço das redes sociais passou a ser o principal veículo de diálogo entre religiosos e praticantes” (Nascimento; Tozi, 2021, p. 191). As redes sociais se tornaram um espaço importante para a realização de cerimônias virtuais, divulgação

de informações, além de permitir a interação entre os membros das comunidades religiosas.

As comunidades de terreiro também organizaram ações de solidariedade, como distribuição de alimentos e produtos de higiene para as comunidades carentes.

Outro elemento muito presente que passou a ser estimulado através das redes sociais foi o exercício da solidariedade como elemento de distribuição e redistribuição do Axé. Essa que sempre foi uma prática comum aos terreiros, em tempos pandêmicos, foi (e ainda tem sido) intensificada por muitas casas de Axé. Campanhas de arrecadação e doação de alimentos, seja para prover membros da própria comunidade mais desfavorecida, seja para compartilhar com comunidades do entorno, estabeleceram-se como uma dinâmica do contexto pandêmico, sobretudo, quando se configurou a crise humanitária pelo fechamento dos comércios (Nascimento; Tozi, 2021, p. 191).

Os atos de solidariedade foram entre os povos de terreiro, pois a pandemia evidenciou a desigualdade social, econômica e de acesso à saúde, que afetou de forma mais severa as comunidades negras e de baixa renda. Muitas dessas têm um acesso limitado a recursos básicos, como água potável e saneamento básico, o que torna difícil a adoção de medidas de prevenção.

Além disso, os negros são maioria nos trabalhos informais e não têm o benefício da estabilidade financeira ou o *Home Office*, o que aumenta sua vulnerabilidade econômica.

O racismo estrutural também se manifestou na forma como o governo brasileiro lidou com a pandemia, com políticas públicas insuficientes para proteger essa população. A falta de acesso a informações claras e a atenção à saúde também afetaram as comunidades tradicionais de terreiro, que, muitas vezes, foram marginalizadas e excluídas dos programas de apoio governamental.

Portanto, a pandemia agravou o racismo estrutural existente na sociedade brasileira e expôs a necessidade urgente de enfrentar essa realidade opressiva.

6.2 Racismo religioso: o desafio das comunidades de terreiro na luta contra a intolerância

O racismo religioso é uma das formas mais cruéis de discriminação, e as comunidades de terreiro são frequentemente alvos dessa prática nociva. A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de culto e religião em seu inciso VI, diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o

livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Ainda assim, as religiões de matriz africana são alvos de preconceito e intolerância por parte de segmentos da sociedade.

Esse preconceito se manifesta em diversas formas, como a violência física e psicológica, o desprezo e a discriminação institucional, e é um dos reflexos do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Para compreendermos os efeitos do racismo religioso nas comunidades de terreiro precisamos partir do conceito de racismo, que Almeida (2019) classifica em três partes: individual, institucional e estrutural. Para o autor, existe uma evidente diferença entre os dois primeiros que ele marca como

uma importante separação entre o racismo individual, que corresponde a “indivíduos brancos agindo contra indivíduos negros”, e o racismo institucional, que se manifesta nos “atos de toda a comunidade branca contra a comunidade negra (Almeida, 2019, p. 33).

Ou seja, o racismo individual é praticado por um indivíduo branco sobre um indivíduo negro, enquanto o racismo institucional refere-se às práticas discriminatórias criadas nas políticas e práticas de instituições sociais.

O entendimento do racismo institucional é fundamental para ampliar a compreensão do fenômeno do racismo, dado que foram “as instituições que deram a base e sustentação para o estabelecimento e manutenção da ordem social vigente” (Garcez, 2021, p. 75), isso evidencia que as relações raciais não se limitam ao comportamento individual, mas são permeadas por estruturas e instituições que perpetuam a desigualdade.

Além disso, o conceito de racismo institucional destacou a importância do poder como elemento fundamental para compreender as relações raciais, considerando não apenas o poder de indivíduos, mas também o poder de grupos que controlam as estruturas institucionais e, conseqüentemente, têm maior capacidade de influenciar e moldar as relações sociais.

Em prática, as comunidades de terreiro têm sofrido racismo institucional a partir da falta de políticas públicas direcionadas para essas comunidades e na violação dos direitos culturais e religiosos dessas pessoas.

Por exemplo, a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação que afeta diretamente a vida dessas comunidades e, com frequência, é

resultado de políticas discriminatórias. A falta de representatividade política também é um problema recorrente, já que, muitas vezes, as demandas dessas comunidades não são levadas em conta pelas autoridades.

Quando falamos do racismo estrutural vemos que existem padrões mais amplos de desigualdade que são construídos na sociedade. Ele é o resultado “da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (Almeida, 2019, p. 37).

Almeida (2019) argumenta que o racismo estrutural não é apenas um problema de atitudes individuais, mas sim de um sistema que molda as relações sociais e a vida em sociedade. Portanto, é necessário um esforço coletivo para identificar e enfrentar essas estruturas que perpetuam a desigualdade social.

A partir do entendimento de Almeida (2019) classificando o racismo, entramos na questão para compreendermos o racismo religioso, uma nomenclatura posta por Sidney Nogueira em seu livro *Intolerância Religiosa* de 2020, em que o autor argumenta que a intolerância religiosa praticada contra comunidades de terreiros é uma manifestação direta do racismo.

É partir das violações da liberdade religiosa, que se caracteriza pelo impedimento de construção e uso de templos religiosos, a proibição ou restrição de práticas religiosas e o desrespeito aos símbolos e rituais sagrados, por exemplo, que são manifestadas as práticas da intolerância religiosa. Elas podem ser praticadas contra todas as religiões.

A expressão “intolerância religiosa” tem sido usada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas as crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas essas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade de reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade a dignidade humanas (Nogueira, 2020, p. 21).

No entanto, Nogueira afirma, recorrendo a dados da Fundação *Pontifícia Aidtothe Church in Need* (ACN), que o número de casos de intolerância religiosa tem aumentado no Brasil, e, em sua maioria, são praticados contra comunidades de terreiros.

Segundo o autor supracitado, pelo elevado número de casos a expressão intolerância religiosa não abarca toda violência sofrida por essas populações,

considerando que o racismo é o propulsor para os ataques e “tem como alvo um sistema de valores cuja origem nega o poder normatizador de uma cultura eurocêntrica hegemônica cristã” (Nogueira, 2020, p. 30).

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida (Nogueira, 2020, p. 47).

Nogueira também aponta para a importância de se compreender o racismo religioso como uma forma específica de opressão, que não se limita apenas à questão racial, mas também está presente nas relações entre diferentes grupos religiosos. Ele defende que o combate ao racismo religioso deve ser uma luta coletiva, que envolve diferentes segmentos da sociedade.

Assim, podemos relacionar a temática do racismo religioso com a abordagem anterior do racismo estrutural e institucional, pois as opressões estão interligadas e influenciam umas as outras.

7 ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho de pesquisa na Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá foi uma jornada marcada por desafios e aprendizados experimentados. A realização desse estudo em um contexto complexo e delicado, a pandemia da COVID-19, necessitou de uma abordagem sensível, empática e reflexiva.

Desde o início do processo, a experiência nas fontes documentais desempenhou um papel crucial em fornecer um panorama do histórico da comunidade, suas características culturais e os problemas sociais enfrentados. Essa revisão documental serviu como base teórica que norteou o desenvolvimento da pesquisa e enriqueceu a compreensão do contexto em que a comunidade estava inserida.

A partir desse ponto, o desafio foi estabelecer uma conexão com a comunidade em meio às adversidades impostas pela pandemia. As restrições de movimento e o distanciamento social limitaram a presença física dos pesquisadores, o que exigiu criatividade e flexibilidade na adaptação das estratégias de coleta de dados.

Outro ponto a ser considerado foi o estado emocional e psicológico dos participantes da pesquisa. A pandemia impactou profundamente a vida das pessoas, e os moradores da comunidade quilombola não estavam imunes a essas consequências. Portanto, foi fundamental abordar os temas sensíveis com empatia e respeito, para garantir a integridade e o bem-estar dos envolvidos.

Parte essencial dessa pesquisa envolveu a realização de entrevistas com os quatro membros da hierarquia do terreiro, a fim de atingir os objetivos propostos.

No entanto, ao longo do processo de planejamento das entrevistas, experimentamos algumas questões que afetaram a possibilidade de entrevistar todos os membros da hierarquia do terreiro. Dois membros, em especial, foram impossibilitados de participar das entrevistas.

A Yalorixá Tia Lourdes, 95 anos de idade, enfrenta uma saúde debilitada. Desta forma, entendeu-se que submeter essa pessoa a uma entrevista poderia ser cansativo e até mesmo prejudicial à sua saúde. Assim, a decisão foi seguir a

vontade de sua família e não a incluir nas entrevistas, priorizando seu bem-estar e saúde em primeiro lugar.

Nidinha de Yemanjá, madrinha do Terreiro, optou por recusar a participação. É importante enfatizar que a participação em pesquisas é voluntária, e os participantes têm o direito de aceitar ou recusar a colaboração sem quaisquer obrigações ou consequências negativas.

A decisão, de Nidinha de yemanjá, em não participar da entrevista é justificada, considerando que há limitação nesse método de coleta de dados, “a disposição do entrevistado em fornecer as informações necessárias” (Richardson, 2012, p. 198). A recusa em participar pode ser influenciada por diversos fatores, que incluem preocupações causadas pela pandemia ou até mesmo falta de compreensão sobre o propósito da pesquisa.

Essas ausências não afetam a validade dos resultados obtidos, uma vez que as perspectivas e vivências dos demais membros fornecem informações pertinentes para a pesquisa.

Apesar da ausência desses dois membros da hierarquia nas entrevistas, a pesquisa priorizou seguir os princípios éticos e uma abordagem reflexiva. Os dois membros foram respeitados em suas decisões, e a análise dos dados considerou a diversidade de perspectivas presentes na comunidade.

Ao analisar as respostas das entrevistas realizadas, emergiram categorias distintas que nos possibilitaram compreender e organizar os principais temas discutidos. Essas categorias representam as principais áreas de interesse identificadas ao longo das conversas.

As categorias que apresentamos se conectam com os nossos objetivos específicos, elas nos ajudaram a alcançar o objetivo geral da pesquisa.

1 – Conhecimento e transmissão das tradições da Nação Xambá: esta categoria aborda como os indivíduos adquiriram conhecimento sobre a chegada e formação da Nação Xambá, no Brasil, e quais os métodos, práticas e processos pelos quais os conhecimentos, rituais, crenças e costumes são transmitidos para as novas gerações.

2 – Tradição nos trajes Xambá: nessa categoria o foco está em compreender as particularidades das roupas e acessórios tradicionais que executam um papel significativo na expressão cultural e espiritual da Comunidade.

3 – Culinária na Nação Xambá: essa categoria apresenta como as práticas culinárias desempenham um papel central nas celebrações e na identidade da Comunidade.

Através da categorização das respostas podemos agora apresentar uma visão abrangente das perspectivas compartilhadas pelos participantes, destaca-se os principais pontos de interesse e confiança para a nossa pesquisa.

Inicialmente, na entrevista, os entrevistados foram questionados sobre **como adquiriram o conhecimento referente à história do Povo Xambá e como ela é retransmitida**. Nota-se que, diferentemente do conhecimento acadêmico, que é adquirido por meio de fontes escritas e pesquisas, o conhecimento da história desse povo é transmitido predominantemente por via oral, transmitido de geração para geração dentro do contexto do terreiro, o que se confirma a partir das respostas seguintes:

“Olhe, a história do povo Xambá é como é a história do Povo Africano, nós não temos o conhecimento didático, nós conhecemos no dia a dia, na convivência, na oralidade, dos mais velhos passando para os mais jovens. Esse é o conhecimento da comunidade do povo africano” (Pai Ivo de Xambá, 2023)

“eu sei que minha tia (Tia Maria) foi iniciada em 1938, o ano que mamãe (D. Lourdes) nasceu. Minha Tia Maria, né? Minha tia Biu não, minha Tia Biu foi em 1934, minha tia Tila em 32. E o Xambá já existia lá no ponto de parada, na casa do finado Artur Rosendo. Artur Rosendo foi quem veio, foi até pra África, que veio de Maceió pra cá” (Padrinho Maurício, 2023).

A fala de Pai Ivo de Xambá, ao comparar a história do Terreiro Xambá com a história do Povo Africano, evidencia a natureza oral e vivencial do conhecimento transmitido dentro da comunidade. A ausência de um conhecimento "didático", ou seja, formalmente arquivado em livros ou documentos, é uma característica compartilhada com a tradição de muitas culturas ancestrais que se baseiam na oralidade como meio fundamental de preservação e transmissão de sua história.

Na imagem a seguir, vemos uma senhora segurando seu neto e apresentando detalhes no Terreiro Nação Xambá. Apresentamos este detalhe como representação da forma como a história do Povo Xambá é transmitida para as novas gerações.

Imagem 16: Criança e Idosa no Terreiro



Fonte: Paulinho Filazola, (2023).

Enquanto Pai Ivo de xambá destacou a transmissão oral como a principal forma de conhecimento da história do Terreiro Xambá, Padrinho Maurício apresentou dados sobre o momento que algumas de suas tias foram iniciadas, estabeleceu uma linha temporal, ofereceu uma referência histórica importante para a origem da comunidade.

A riqueza de detalhes fornecida por Padrinho Maurício complementa a fala de Pai Ivo de Xambá, que demonstra como a tradição oral e a memória familiar podem corroborar com os dados e as referências históricas. Dessa forma, ambos os relatos se interligam para construir uma narrativa coesa sobre a história do Terreiro Xambá. Assim, identificamos que a oralidade como um “registro da lembrança (...) o principal

suporte para reconstituição de versões, representações e interpretação da história” (Delgado, 2010, p. 21)

A valorização das narrativas orais ocupa um lugar de destaque na preservação da história, da cultura e da identidade. A transmissão através da palavra falada é considerada uma prática sagrada, que honra as tradições de sua comunidade e assegura a continuidade de suas raízes.

Os mais velhos são respeitados e reverenciados como guardiões do saber, pois são eles que carregam consigo as memórias vivas do passado e são responsáveis por compartilhá-las com as gerações mais jovens. Sua sabedoria é vista como uma bênção, uma fonte de orientação e ensinamentos que nutrem a coletividade e sustentam a conexão espiritual com seus antepassados.

“Quando você perde uma pessoa de idade na visão ideológica do povo africano você está fechando uma biblioteca, porque são eles que passam o conhecimento para os mais jovens. Eu bebi água nessa fonte de conhecimento. Nossa fonte é a oralidade, foi assim que eu aprendi, os mais velhos que ia passando e é essa fonte que eu trago para os mais novos” (Pai Ivo de Xambá, 2023).

Ao valorizar as narrativas orais e reconhecer o papel crucial dos mais velhos, os povos ancestrais reafirmam a importância de sua história e a perpetuação de suas tradições como um elo vital com sua herança cultural.

Imagem 17: Idosas



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

De fato, mesmo com a valorização das narrativas orais e a reverência aos mais velhos como guardiões do saber ancestral, muitos povos reconhecem a importância de complementar essa tradição oral com registros documentais. A preocupação em preservar a história, por meio de documentos escritos ou outras formas de registro, advém do desejo de garantir uma maior durabilidade e acessibilidade das informações para as futuras gerações.

“Agora nós procuramos atualmente a escrevermos alguma coisa que é pra congelar ou pra sempre ter alguma coisa da história porque a oralidade ela tem uma vantagem ela realmente pode se transformar dependendo da época que vai passando. Já você quando vai na questão didática, aquilo fica por cem, duzentos, trezentos anos. (...) Só que, mesmo nesta questão da oralidade, ela tem sua deficiência porque às vezes ao passar... os mais velhos deixam de passar alguma coisa, ela vai perdendo a sua natureza, os mais jovens vão pegando de uma maneira totalmente diferenciada. Aí hoje, a gente já entendemos(sic) que temos que colocar no papel alguma coisa” (Pai Ivo de Xambá, 2023).

A preocupação em documentar a história reflete um esforço consciente de assegurar que as narrativas orais e o conhecimento dos mais velhos sejam preservados, ao longo do tempo, e não se percam com o passar das gerações. Dessa forma, os registros documentais são vistos como um importante recurso para proteger a herança cultural e espiritual dos povos ancestrais, garantindo que sua história seja resguardada e compartilhada com as futuras gerações e com a humanidade como um todo.

A memória humana é uma construção complexa em sua estrutura e funcionamento. Ela precisa incorporar o esquecimento como um mecanismo natural e essencial para evitar sobrecargas. O esquecimento não é visto como um defeito ou falha, mas como um processo necessário para que a memória opere de maneira eficiente. Assim, ao esquecer certas informações, a memória se torna mais seletiva e consegue priorizar o que é mais relevante e significativo, garantindo um funcionamento equilibrado e adaptativo (Monteiro; Carelli, 2007).

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos (Ribeiro, 2007, p.1)

Compreendendo que a lembrança e o esquecimento são elementos intrínsecos à memória, ambos desempenham papéis cruciais no processo de atualização do passado quando evocado. É, por meio da memória, que desenvolvemos a sensação de pertencimento e existência, tornando-se a base para a construção da identidade tanto para sociedades humanas como para os indivíduos. Nesse contexto, o Terreiro Xambá se destaca como uma comunidade que agrega uma identidade única, repleta de aspectos distintos que a caracterizam de maneira singular em relação a outras comunidades.

Como foco em investigar a existência de elementos que diferenciem a comunidade do Terreiro Xambá de outras nações de candomblé buscamos verificar os atributos e características únicas que distinguem o Povo Xambá dentro do contexto mais amplo das comunidades religiosas afro-brasileiras.

Assim, questionamos **quais as especificidades das vestimentas usadas pela Nação Xambá**, para entender suas características próprias e os elementos constitutivos de sua identidade.

“O Xambá era conhecido porque as roupas do Xambá podia ser qualquer cor, mas era pano de chita, não tinha boniteza, não. Você era filho de Yansã, tinha pano de chita rosa, eu era filho de Oxum, tinha pano de chita amarelo, entendeu?” (Padrinho Maurício, 2023)

A utilização da chita⁴ como vestimenta no Terreiro Xambá é um elemento distintivo que reflete a riqueza da cultura e tradições desse espaço sagrado. Ao longo de sua história, a chita é uma presença marcante nas vestes dos membros da comunidade, carrega consigo significados simbólicos e históricos profundos. Essa escolha específica de tecido é uma expressão vívida da identidade do Povo Xambá, conectando-se com suas raízes ancestrais e com a herança afro-brasileira.

Outro detalhe apresentado por Padrinho Maurício é o uso do xale na composição da vestimenta. Esses dois detalhes, pano de chita e o uso do xale, destacam os membros da comunidade Nação Xambá diante das outras Nações do Candomblé, como podemos ver na imagem a seguir:

⁴ Tecido barato e de pouca qualidade, contendo estampas com cores fortes.

Imagem 18: Vestes em chita e o xale



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

As cores das roupas utilizadas possuem uma carga profunda observada e representam significados sagrados dentro da comunidade. Cada cor carrega consigo uma mensagem específica e está associada a elementos espirituais e energéticos que desempenham um papel importante nos rituais e celebrações.

“As vestes, os cantos na religião de matriz africana, todos são sagrados, entendeu? É sagrado as oferendas que você faz aos Orixás, é sagrada as danças que você faz e aquelas vestimentas elas representam as cores dos Orixás. As pessoas que eram filhos, eu sou filho de Oxum, amarelo é o filho de Oxum. As pessoas que estão de azul são filhos de Yemanjá. As pessoas que estão de cor de rosa são filhos de Yansã. As pessoas de vermelho são filhos de Ogum e pode ser também de Yansã. As de verde ou vermelho são de Oboluaê e por aí a gente vê. Vermelho e branco são Xangô. E essas condições todinha elas são dadas como sagrado” (Pai Ivo de Xambá, 2023)

As palavras de Pai Ivo de Xambá ressaltam a sacralidade presente nas vestes, cantos e oferendas na religião de matriz africana. Cada elemento é imbuído de significados profundos e conexões espirituais com os Orixás.

As vestimentas, em suas cores específicas, representam a identidade dos filhos de cada Orixá, transmitindo uma mensagem visual da devoção e relação sagrada entre os praticantes e suas divindades.

Essas tradições não são meramente simbólicas, mas carregam um profundo valor espiritual, conectando os fiéis com a espiritualidade ancestral e os princípios que regem suas vidas. A reflexão trazida por Pai Ivo de Xambá nos convida a reconhecer e valorizar a sacralidade em cada detalhe das práticas religiosas, ao celebrar a diversidade de cores, cantos e rituais que enriquecem a identidade e a conexão do Povo Xambá com seus Orixás e com sua história ancestral.

Na sequência, buscamos compreender como **a culinária é um fator tradicional na Nação Xambá**. Ao adentrarmos neste universo descobrimos uma gastronomia que vai além do simples ato de alimentar o corpo, mas que também possui uma dimensão sagrada e espiritual. A cozinha do terreiro é permeada por tradições ancestrais, saberes transmitidos oralmente e rituais que unem a espiritualidade com a preparação dos alimentos.

“Cada Orixá tem uma alimentação. Por quê? Na espiritualidade africana o nosso corpo é o habitat do Orixá. O que ocorre? a alimentação na espiritualidade africana ela é a natureza. Por exemplo, pra você ter uma planta pra ela se manter você tem que botar água, ela precisa de alguma coisa pra se nutrir e o ser humano é a mesma coisa. Então, cada Orixá ele se renova com esses alimentos e outros deuses também receberam alimentação, as pessoas faziam vários tipos de oferendas pra os deuses, para os nossos também” (Pai Ivo de Xambá, 2023).

As oferendas alimentícias são uma forma de honrar os Orixás e outros deuses, a fim de cumprir rituais de gratidão e reverência. Ao oferecer esses alimentos, as pessoas demonstram sua devoção e estabelecem uma conexão espiritual com as entidades específicas, isso fortalece os laços com o mundo espiritual.

Essa visão da alimentação como uma prática sagrada e uma forma de conexão com os Orixás resalta a importância da culinária no Terreiro Xambá, em que cada prato é preparado com cuidado e tem significado para celebrar a espiritualidade, a identidade cultural e a ancestralidade do Povo Xambá.

No entanto, existem especificidades na culinária da Nação Xambá que a diferenciam de outras nações do candomblé e de práticas culinárias de outras religiões afro-brasileiras. Cada nação tem suas próprias tradições, rituais e costumes, e isso se reflete também na forma como a culinária é praticada e apreciada.

“Algumas alimentações que é feita no Xambá, obviamente é diferente do Jeje, do Gueto, da Angola, Araketu, entendeu? Das outras nações, do Nagô. Por que cada nação tem seu costume alimentar” (Pai Ivo de Xambá, 2023).

Sobre a alimentação no Terreiro Xambá Padrinho Maurício tece uma crítica à forma como a culinária do Terreiro Xambá é realizada.

“A comida da Xambá é diferente dos outros terreiros, tudo que se fazia em Xambá era gente de Xambá, não se mandava fazer fora como hoje em dia manda fazer, não. Até o bolo daí, ruim ou bom, quem fazia era minha tia Luíza, entendeu? Sempre foi assim” (Padrinho Maurício, 2023).

Essa crítica pode ser interpretada como uma preocupação com a preservação das tradições do terreiro. Padrinho Mauricio enfatiza que, no passado, os membros da família do Xambá estavam diretamente envolvidos na preparação das comidas e oferendas, o que, provavelmente, trazia uma maior conexão e respeito pela cultura e identidade da comunidade.

Na imagem 17, podemos ver um bolo atual confeccionado em reverência ao Orixá Xangô em uma das festas tradicionais no Terreiro. A imagem retrata a estética e a ornamentação e traz elementos que referenciem o Orixá: a cor vermelha e o machado de Xangô.

Imagem 19: Bolo de Xangô



Fonte: Paulinho Filizola, (2023).

Ao mencionar que "até o bolo daí, ruim ou bom, quem fazia era minha tia Luíza", o Padrinho Mauricio destaca que mesmo pratos que podem não ser perfeitos, mas que faziam parte da história e tradição do Xambá eram preparados internamente. Essa preservação da confiança e do envolvimento direto dos membros da comunidade na culinária do terreiro pode estar relacionada à preocupação de que, com o passar do tempo, certas práticas e tradições podem ser diluídas ou perdidas quando terceiros de fora são contratados para realizar essas tarefas.

Todavia, mesmo com influências externas na preparação culinária no terreiro, ainda persistem tradições que os diferencia de outras nações e que influenciam a forma como os alimentos e bebidas são preparados e oferecidos aos orixás.

Por exemplo, vou lhe dizer uma coisa: A parte do sacrifício você coloca sal no altar, no Xambá você não coloca. No Nagô você vai dar uma obrigação para Oxum, pra uma Yansã você tem uma galinha preta, no Xambá não tem. Algumas variações que existem (Pai Ivo de Xambá, 2023).

Nas palavras de Pai Ivo de Xambá destacam-se algumas variações nas tradições culinárias do Terreiro Xambá em comparação com outras nações de candomblé, como a tradição Nagô. Essas diferenças ressaltam a diversidade e a riqueza das práticas religiosas afro-brasileiras, em que cada terreiro possui suas próprias particularidades e formas de cultuar os Orixás.

Na imagem a seguir destacamos a festa a Obaluaê, nessa a pipoca é um símbolo desse Orixá, representando a transformação que todos devem passar para se tornarem o que devem ser. O milho duro se transforma em uma pipoca macia, por isso, ela representa o Orixá.

Imagem 20: Toque de Obaluaê



Fonte: Paulinho Filizola, (2023)

Essas variações nas ofertas e rituais alimentares demonstram a individualidade de cada nação de candomblé e a forma como as tradições são

transmitidas e adaptadas ao longo do tempo. Cada terreiro possui suas próprias regras e costumes, que refletem a identidade cultural e espiritual da comunidade.

Essa diversidade nas práticas culinárias também ressalta a importância de proteger e respeitar as diferentes tradições e crenças presentes nas religiões afro-brasileiras, reconhecendo a riqueza cultural que cada terreiro tem e que contribui para a preservação do patrimônio cultural e religioso do Brasil.

A verificação dos elementos que constituem a identidade do Terreiro Xambá é fundamental para a preservação dessa cultura afro-brasileira. Através da análise das falas dos entrevistados, foi possível identificar as especificidades da culinária, das vestimentas e das práticas espirituais do Xambá, que são elementos fundamentais na construção da identidade coletiva da comunidade. Essa verificação cuidadosa contribui para que as tradições ancestrais sejam reconhecidas, respeitadas e transmitidas para as gerações futuras.

Além disso, a análise dos dados da pesquisa ressalta a importância de atribuir visibilidade aos membros da comunidade em estudos acadêmicos sobre religiões afro-brasileiras. Ao ouvir e considerar as perspectivas dos praticantes evita-se uma abordagem estereotipada ou reducionista da cultura e da espiritualidade afro-brasileira. Isso promove um olhar mais abrangente e sensível às complexidades e diversidades presentes nas tradições, o que fortalece o respeito pela identidade cultural de cada comunidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em relato objetivou analisar a construção de memórias e identidade da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá localizada na cidade de Olinda, Pernambuco, Brasil. Ao longo deste estudo, buscamos compreender os processos através dos quais a memória é preservada e transmitida, bem como a maneira pela qual essas práticas solidificam a identidade cultural dessa comunidade.

O estudo destacou a importância da preservação do patrimônio cultural e histórico do Terreiro Nação Xambá, como forma de assegurar a continuidade das tradições e a transmissão de conhecimentos e saberes para as gerações futuras. A memória coletiva e a espiritualidade desempenham um papel central na construção da identidade desse povo quilombola, pois reflete sua história, crenças e vivências compartilhadas.

Todo o material documental armazenado pelo terreiro forma um acervo valioso de memórias e registros históricos que constituíram o patrimônio cultural e espiritual da comunidade. Esses documentos, que incluem fotografias antigas, manuscritos, registros de cerimônias e outros registros históricos, são testemunhos tangíveis da trajetória desse povo e de sua identidade cultural ao longo do tempo. O acervo documental é uma fonte preciosa de conhecimento sobre as tradições, práticas espirituais, rituais e valores transmitidos de geração em geração, ele enriquece nossa compreensão sobre a história e a cultura afro-brasileira presentes na comunidade.

Uma vasta coleção de documentos armazenados na Comunidade conta uma rica trajetória histórica desde suas origens até a contemporaneidade. Esses documentos, preciosos registros de memórias, permitem-nos traçar uma linha do tempo que remonta aos tempos de Artur Rosendo Pereira, cuja chegada às terras alagoanas, vindo da África, representa um marco fundamental na história do povo Xambá.

As histórias contidas nesses documentos provam a coragem e a resistência dos primeiros membros da comunidade, que enfrentaram a dura realidade da perseguição aos cultos religiosos de matriz africana e buscaram sua liberdade e autonomia ao se estabelecerem no Recife. É através desses registros que podemos conhecer a trajetória de Artur Rosendo Pereira, que se tornou uma figura central na

fundação do Terreiro Nação Xambá, que iniciou a uma linhagem de filhos e filhas de santo que perpetuariam as tradições culturais e religiosas do povo Xambá ao longo dos séculos.

Os documentos mencionados carregam consigo a riqueza da memória ancestral da comunidade, comprovando a coragem e a resistência desse povo e constituem pilares essenciais para a construção e preservação da identidade cultural Xambá.

A preservação adequada desse acervo é de extrema importância para garantir a perpetuação das memórias e identidades culturais da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá. Além disso, o acesso a esse material documental pode ser de grande valor para estudos acadêmicos, pesquisas e ações que visem à promoção e valorização da cultura quilombola e da herança ancestral dessa comunidade. Dessa forma, o acervo documental se torna um recurso fundamental para a preservação da história e para o fortalecimento da identidade coletiva do povo Xambá, que perpetuará suas tradições e garantirá a valorização da diversidade cultural brasileira.

O terreiro Nação Xambá possui uma hierarquia que é fundamental para sua organização e funcionamento. O perfil da hierarquia da comunidade é caracterizado por uma liderança respeitada e fundamentada em tradições ancestrais. Os membros ocupam papéis de destaque na comunidade, desempenhando funções fundamentais nas práticas espirituais, rituais e na transmissão do conhecimento cultural.

No entanto, é importante ressaltar que o perfil social dos membros da hierarquia possui reflexo da realidade social enfrentada pelo povo preto brasileiro, que historicamente tem sido privado de acesso à educação e a oportunidades de trabalho dignas. Essa realidade é resultado de séculos de exclusão, discriminação e opressão que têm impactado a população negra no Brasil.

Contudo, a luta por uma mudança real e significativa na realidade da população preta é nitidamente visível através de trabalhos e iniciativas que procuram combater as desigualdades raciais e promover a valorização da cultura negra. Diversas organizações, movimentos sociais, ativistas e pessoas engajadas têm se dedicado a promover a igualdade racial e a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Pai Ivo de Xambá é uma figura de destaque na luta contra o racismo e o preconceito, utiliza sua posição de liderança espiritual para conscientizar e mobilizar

a comunidade em prol da valorização da identidade e dos direitos da população preta. Seu trabalho tem sido fundamental para dar visibilidade às questões que enfrentavam a população negra, buscando combater estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

Ao longo da pesquisa identificamos as memórias e os modos pelos quais a comunidade preserva sua tradição. A manutenção do Museu Severina Paraíso da Silva e da Biblioteca são formas culturais de preservação essencial para o acervo documental e histórico da Comunidade. O museu, com sua exposição cuidadosamente organizada, proporciona um espaço físico onde são guardadas fotografias e registros históricos são exibidos, lá se permite que visitantes e membros da comunidade e a sociedade tenham acesso direto às memórias e às identidades culturais do povo Xambá. Esse ambiente de preservação e divulgação possibilita o fortalecimento do senso de pertencimento e valorização da história ancestral da comunidade.

Por sua vez, a biblioteca, com sua função de guarda e organização de documentos, livros e materiais escritos relacionados à história e à cultura afro-brasileira, cumpre um papel fundamental na preservação da memória coletiva. Por meio da catalogação e conservação adequada desses materiais, a biblioteca garante que esses registros sejam acessíveis ao longo do tempo, esses servem como fonte de pesquisa e conhecimento para estudiosos, pesquisadores e membros da comunidade.

Ambas as instituições, museu e biblioteca, obras em conjunto para salvaguardar o acervo documental e histórico do terreiro proporciona um espaço para que as memórias e identidades culturais sejam preservadas, seguras e compartilhadas com as gerações presentes e futuras. Essas formas institucionais de preservação reforçam o compromisso da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá em manter viva sua história, tradições e espiritualidade e ressalta a importância da proteção e preservação da cultura afro-brasileira e de suas heranças ancestrais.

Ao verificar os elementos constitutivos da identidade da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, torna-se evidente a presença de características distintas que a diferenciam das demais nações de candomblé. Essas diferenças são claramente percebidas a partir das vestimentas utilizadas pelos membros da comunidade e da culinária que é praticada no terreiro.

As vestimentas desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural do povo Xambá. Os panos de chita são tradicionalmente utilizados pelo terreiro, conferindo uma identidade visual própria e única. Cada cor de pano representa um Orixá específico, a fim de estabelecer uma conexão direta. Essas vestimentas sagradas são cuidadosamente selecionadas e utilizadas em rituais e cerimônias religiosas, isso reforça a identificação dos membros com suas entidades espirituais e com a ancestralidade africana.

Da mesma forma, a culinária praticada no Terreiro Nação Xambá apresenta especificidades que a distinguem das demais nações de candomblé. A alimentação tem um significado espiritual profundo para o povo Xambá. A preparação e o compartilhamento dessas comidas sagradas são rituais essenciais que estreitam os laços de comunhão e espiritualidade entre os membros da comunidade. As comidas são oferendas dedicadas aos Orixás, tal costume representa uma forma de honrar e agradecer por suas bênçãos e proteção.

Por fim, compreendemos a Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá como um verdadeiro tesouro cultural e espiritual, que preserva e transmite com amor e dedicação as tradições ancestrais de matriz africana. É uma comunidade que traz consigo a força de seus ancestrais, que resiste bravamente aos desafios históricos e luta para manter viva a sua identidade cultural e religiosa.

Para novas pesquisas, a memória e a identidade podem ser trabalhadas além das comunidades de terreiro se estendendo para outros grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIAPN+ e povos indígenas, que também foram historicamente invisibilizados e marginalizados em diferentes contextos sociais.

A importância de trabalhos que abordam a memória e a identidade cultural desses grupos reside na preservação de suas histórias, culturas e lutas, bem como no combate à invisibilidade. Ao promover pesquisas e estudos sobre esses temas, podemos contribuir para uma sociedade mais inclusiva e empática, reconhecendo a diversidade e riqueza cultural presente em nossa nação.

Ao ampliar o foco das questões para abranger outras comunidades antes invisibilizadas, enriqueceremos o conhecimento e a compreensão sobre diferentes identidades culturais e suas contribuições para a construção da história e da identidade brasileira. Além disso, tais trabalhos podem evidenciar as desigualdades enfrentadas por esses grupos e auxiliar na conscientização sobre a importância do respeito à diversidade e da garantia de direitos igualitários para todos os cidadãos.

É essencial reconhecer que a memória e a identidade são fundamentais para a construção da identidade individual e coletiva, e que sua preservação e valorização são direitos fundamentais de todos os grupos sociais. Assim, ao promover pesquisas e estudos que abordam essas temáticas para além das comunidades de terreiro, fomentaremos um diálogo intercultural e fortaleceremos a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa com as diferentes expressões culturais e identitárias presentes em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, C. M. et al. Arquivo pessoal José Simeão Leal: um espaço de memória da cultura popular da Paraíba. In: OLIVEIRA, Bernardina M. J. Oliveira de et al. (org.). **Patrimônio, informação e memória: tríade para construção e fortalecimento identitário**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 45-66.
- ALMEIDA, I. R.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; ROSA, M. N. B. Repositórios digitais como espaços de memória e disseminação de informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. especial, p. 117-131, nov. 2019.
- ALMEIDA, R.; GUERREIRO, C. Templos em tempo de pandemia. Boletim Cientistas Sociais, n. 19, abr. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2332-boletim-n-19-templos-em-tempo-de-pandemia>. Acesso em: 12 dez. 2022
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, M. **Nação Xambá: do terreiro aos palcos**. Olibda: Edição do Autor, 2007.
- ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação?** Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARRUTI, J. **Morte e vida no nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional**. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995>. Acesso em 01 mar. 2023.
- AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e memória: as relações na pesquisa. **História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.
- AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé na Bahia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/361/1/313%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em 02 mar. 2023.
- BEZERRA, E. P. Patrimônio cultural e memória: bens culturais e preservação da memória no vale do Gramame, João Pessoa – PB. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBCT, 2012.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, [1888]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: Casa Civil, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLAN, C. U. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **História**, São Paulo, n. 27, v. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ZMYTZstWXQmcpBJdz6fxtBQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARLI, D. T. O documento histórico como fonte de preservação da memória. **Ágora**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 183-197, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/thiag/Downloads/454-Texto%20do%20Artigo-1858-1-10-20131231.pdf>. Acesso em: 27 Jul. 2021.

CAMPOS, I. S.; SILVA NETO, F. L. P. A presença virtual do sagrado em tempos pandêmicos: a virtualidade e a rua na construção do espaço público de Pelotas /RS. **Religião e Sociedade**. 41, maio-ago. 2021

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996, 186 p.

CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 1999. 256 p.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. 100p. Disponível em: http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021

FERREIRA, J. L. J. “Mandingas dos pretos”: diáspora africana e religiosidades na Bahia (Século XVIII). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/32106/1/Mandingaspretosdiaspora_Ferreira_2021.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022

FONTANELLI, S. A. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3137581-Centro-de-memoria-e-ciencia-da-informacao.html>. Acesso em: 17 mar. 2023

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. **Introdução à ciência da informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora UFPB. 2015.

FREITAS, M. A.; SILVA, V. B. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15196>. Acesso em 01 ago. 2021.

GARCEZ, S. A. Narrativas do racismo estrutural no Brasil contemporâneo. 2021. 88 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4681/2/Simone%20Almeida%20Garcez.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Tradução de Fanny Wrolbel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUITINHO DA XAMBÁ. Mãe Biu: a eterna yalorixá do povo xambá. Revista Palmares, ano X, Ed. 8, Nov. 2014. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Revista-PALMARES-2014-BAIXA.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

ICOM. **Pesquisa ICOM Brasil nova definição de museu**. São Paulo, 2023. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

IGLESIAS, M. Território da ancestralidade africana, Nação Xambá é patrimônio vivo de Pernambuco. Notícias cultura.pe. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/patrimonio-cultural-3/territorio-da-ancestralidade-africana-nacao-xamba-e-patrimonio-vivo-de-pernambuco/> Acesso em: 01 abr. 2023

KILEUY, O. OXAGUIÃ, V. Candomblé bem explicado: nações Bantu, Iorubá e Fon, Rio de Janeiro: Pallas, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_candombl%C3%A9_bem_explicado.html?id=0iHWCwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 mar. 2023.

LEGOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, E. M. **Memórias do engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da Informação**. Orientadora: Dra^aMájory Karoline de Oliveira Miranda. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E. E. **Práticas de preservação da memória social nas instituições memória da cidade de Belém (Pará)**. Orientador: Dr^o Carlos Xavier de Azevedo Netto. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MARTELETO, R. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, 1994.

MCKENNA, A. Adamawa. Britannica, Chicago, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Adamawa-state-Nigeria> Acesso em: 30 out. 2023.

MELLO, M. M. Reminiscências dos quilombos: territórios da memória e uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MONTEIRO, S. D. Carelli, A. E. Ciberespaço, memória e esquecimento. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007.

MOREIRA, A.; PINEIRO, L. OMS declara pandemia de coronavírus. G1, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2022.

NASCIMENTO, A. L.; TOZI, D. R. A gestão social das religiões no mundo da pandemia: notícias das religiões de matriz africana e os seus discursos em torno da @cura.da terra. RIGS, v. 10, n. 1, p. 187-195, jan./abr. 2021.

NASCIMENTO, F. A. **Memória da militância**: a contribuição da organização do conhecimento para a memória do movimento LGBT da Região do Cariri Cearense. Orientador: Fábio Assis Pinho. 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, v.1, n.3, p. 1-5, 1996.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Intolerancia_Religiosa_Feminismos_Plurais_Sidnei_Nogueira.pdf?1599239392. Acesso em: 12 dez. 2022

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessia**. n. 4. Cascavel: Unioeste, 2009.

OLIVEIRA, D. A. **A informação patrimonial e a construção da memória**: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP. Orientador: Carlos Xavier de Azevedo Netto. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 1, p. 87-100, maio. 2007.

PEREIRA, C. C. M. **Mitos da cultura africana**: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua. Orientador: Mirian de Albuquerque Aquino. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PIMENTEL, L. G. Museus: pontes entre culturas. **Revista Museus**, 2005.

PINHEIRO, M. O. **Yihcamnopuranatucetaknamachonhîrî (lembranças)**: processos informemoriais e etnoidentidade cultural dos Waiwai do Anauá em Roraima. Orientadora: Dr^a Maria Bernardina Juvenal Freire de Oliveira. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200 -212,1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RECIFE. **Lei nº 12.196, de 27 de novembro de 2002**. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE, e dá outras providências. Recife: Assembleia Legislativa, [2002]. Disponível em: [https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002&tipo=&url=#:~:text=\(Reg](https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002&tipo=&url=#:~:text=(Reg)

ulamentada%20pelo%20Decreto%20n%C2%B0,PE%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SANTOS, M. S. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de museologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SANTOS, R. N. R. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. Orientador: Isa Maria Freire. 2020. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SARACEVIC, T.; WOOD, J. B. **Consolidation of information**: A handbook on evaluation, restructuring and repackaging of scientific and technical information. Paris: UNESCO, 1981. 327 p.

SILVA, L. F. **Práticas informacionais**: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT. Orientador: Gisele Rocha Côrtes. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA JÚNIOR, J. F. **A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk**. Orientadora: Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino. 2014. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVEIRA, F. J. N. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como lugar de memória e de preservação do patrimônio. **DataGramZero**. v. 13, n. 5, out. 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/101752>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_4e5a4cbdb9_0013906.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022

VALDEZ, Flávio; MARTINS, Auxiliadora. **Ivo de Xambá**: sob múltiplos olhares. Recife: Cepe, 202-?.'

TERREIRO XAMBÁ. **Xambá**. Página inicial. Disponível em: <http://www.xamba.com.br/index.html> Acesso em: 13 jul. 2023

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Caracterizar o perfil dos membros que compõem a hierarquia da Comunidade Quilombola do terreiro Nação Xambá.

1. Nome	
2. Sexo	
3. Idade	
4. Cargo na Hierarquia	
5. Tempo que pertence à Comunidade	
6. Grau de escolaridade	

Identificar as memórias e os modos de preservação da Comunidade

1. Com quantos anos iniciou no Terreiro Nação Xambá?	
2. De qual forma tomou conhecimento sobre o surgimento da Nação Xambá no Brasil?	
3. Como se dá a transmissão para as novas gerações das tradições dos cultos aos Orixás segundo os preceitos da Nação Xambá?	
4. Existem registros documentais para preservar as tradições da Comunidade?	
5. Como se deu o processo de institucionalização dos registros documentais da Comunidade?	

Verificar os elementos constitutivos da identidade cultural da Comunidade

1. Quais as especificidades das vestimentas usadas pela Nação Xambá	
2. Existem normas e valores que fazem parte da tradição religiosa?	
3. A culinária é o fator tradicional na Nação Xambá?	
4. Quais símbolos e objetos fazem parte da tradição da Comunidade?	
5. Em qual idioma os rituais são conduzidos?	

